

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**



Adriana Kasue Natsume

**PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE A
REPRESENTATIVIDADE NO CMAS DE
FLORIANÓPOLIS/SC**

**Florianópolis – SC
2013**

ADRIANA KASUE NATSUME

**PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE A
REPRESENTATIVIDADE NO CMAS DE
FLORIANÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do Título de
Bacharel em Serviço Social, orientado pelo
Professor Marlon Garcia da Silva

**Florianópolis – SC
2013**

ADRIANA KASUE NATSUME

**PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE A
REPRESENTATIVIDADE NO CMAS DE
FLORIANÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do Título de
Bacharel em Serviço Social, orientado pelo
Professor Marlon Garcia da Silva

BANCA EXAMINADORA

Prof. Marlon Garcia da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Estado de Santa Catarina

Profª Dra. Vânia Maria Manfro
Universidade Federal do Estado de Santa Catarina

Profª Dr. Ricardo Lara
Universidade Federal do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 18 de Fevereiro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me manter firme após tantas dificuldades no desenrolar do curso. As perdas e separações que de certa forma influenciaram em minha produção acadêmica.

Agradeço minha Mãe, Filho, Pai (*in memoriam*), irmãos e familiares por superarem tantas vezes minha ausência e por me incentivarem neste longo percurso.

Agradeço em especial ao Professor Marlon por dispor várias horas de sua vida, me orientando e suprimindo de conhecimentos para a conclusão desta graduação e trabalho final. Sua paciência e interesse pelos acadêmicos não passou despercebido, pois muitos colegas da turma demonstraram o valor que o Senhor tem como mestre. São pessoas assim que inspiram grandes mestres e doutores.

Agradeço também a minha supervisora de campo Taiza E. Lisboa Carpes, e os que fizeram parte do meu estágio, Rosângela, Andréia Bento, Dalva e todos que de alguma forma contribuíram para minha formação profissional e nos momentos difíceis.

Agradeço ainda as Professoras Carla Bressan e Vânia Maria Manfroi por supervisionarem meu estágio.

Agradeço ainda, aos integrantes que compõem a Banca da apresentação deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer aos professores que colaboraram para minha formação acadêmica e profissional, até mesmo aqueles que escreveram artigos nos quais eu me baseei. O saber é um dom, mais saber passar o conhecimento é uma grande dádiva.

Agradeço as orações dos amigos, e vizinhos que estavam sempre pensando em mim em diversas ocasiões de dificuldades.

Agradeço aos movimentos estudantis, que incansavelmente têm se esforçado em lutas para conquistar ensino e ambiente de qualidade.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que me cercam e fazem parte
da minha vida de alguma forma.

Dedico o meu trabalho enquanto profissional de Serviço
Social a classe oprimida que clama por uma vida digna e
justa.

“O mundo necessita de Homens que não se comprem e
nem se vendam”!
(E.G. White)

NATSUME, Adriana Kasue. **PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE A REPRESENTATIVIDADE NO CMAS DE FLORIANÓPOLIS/SC** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Centro Sócio Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2013.

RESUMO

Este trabalho foi motivado e instigado durante o estágio obrigatório para o complemento de ensino acadêmico em graduação do curso de Serviço Social na unidade de ensino da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, na cidade de Florianópolis. Trata de uma pesquisa documental sobre a representatividade da sociedade civil, desde a realidade do Conselho Municipal de Assistência social (CMAS) de Florianópolis e da forma em que se dá esta dinâmica. O objetivo geral do estudo foi compreender a representatividade da sociedade civil no referido CMAS através da concepção de “sociedade civil”, mediante estudos teóricos, abordando diferentes pensadores e filósofos. Buscou-se analisar a trajetória e de que forma se legitima esta representatividade através da: Constituição Federal de 1988; Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); da Política Nacional de Assistência Social (PNAS); o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e das Conferências Nacionais. Foram feitos também quadros de pesquisa documental, das entidades de Assistência Social, demonstrando quais as regiões a que pertencem, a quantidade de entidades que recebem subvenção, a quantidade de entidades que representam a sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis. Foi feita pesquisa documental ainda de quais reuniões de comissões temáticas as entidades de Assistência Social de Florianópolis participam e interagem. A questão a ser analisada através deste estudo é demonstrar que a representatividade da sociedade civil através das entidades de Assistência Social é deficiente, apresentando características corporativistas e particularistas. Enfraquecendo assim a luta entre sociedade civil e a hegemonia advinda do sistema Capitalista que se utiliza do Estado.

Palavras-chave: Sociedade civil, Conselho, hegemonia, representatividade, corporativismo.

LISTA DE SIGLAS

BPC	-Benefício de Prestação Continuada;
CEC	-Centro de Educação Complementar;
CENTRO POP	-Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua;
CF 88	- Constituição Federal de 1988;
CIAPREVI	-Centro de Atenção e Prevenção a Violência Contra a Pessoa Idosa;
CIB	-Comissão Intergestores Bipartite;
CIT	-Comissão Intergestoras Tripartite;
CMAS	- Conselho Municipal de Assistência Social;
CNAS	- Conselho Nacional de Assistência Social;
CRAS	-Centro de Referência de Assistência Social;
CREAS	-Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
CREMV	-Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência;
FMAS	-Fundo Municipal de Assistência Social;
FNAS	- Fundo Nacional de Assistência Social;
IGD	-Índice de Gestão Descentralizada;
LA	-Liberdade Assistida;
LOAS	-Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742/93;
MDS	- Ministério de Desenvolvimento Social;
NAF-R	-Núcleo de Apoio a Família Rodoviário;
NOB	-Norma Operacional Básica;
PAEFI	-Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	-Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família;
PASA	-Programa de Atenção Socioassistencial;
PETI	-Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;

PROADQ	-Projeto de Atendimento ao Dependente Químico;
PRONATEC	-Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego;
PNAS	-Plano Nacional de Assistência Social;
PSC	-Prestação de Serviço à Comunidade;
SEMAS	-Secretaria Municipal de Assistência Social;
SUAS	-Sistema Único de Assistência Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
I CONCEPÇÕES DISTINTAS DE SOCIEDADE CIVIL E O PROBLEMA DA REPRESENTATIVIDADE.....	12
1.1 CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL.....	12
1.2 O PROBLEMA DA REPRESENTATIVIDADE.....	16
II POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	17
2.1 C. F./LOAS/PNAS/SUAS.....	17
2.1.1 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.....	17
2.1.2 LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL nº 8.742.....	21
2.1.3 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS.....	30
2.1.4 O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS.....	32
2.1.5 PANORAMA GERAL DO SUAS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS.....	33
2.2 CONSELHOS.....	42
III SOCIEDADE CIVIL E REPRESENTATIVIDADE EM QUESTÃO NO CMAS DE FLORIANÓPOLIS/SC.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICE A – QUADRO Nº 01.....	64
APÊNDICE B – QUADRO Nº 02.....	73

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi motivado e instigado durante o estágio obrigatório para o complemento de ensino acadêmico em graduação do curso de Serviço Social na unidade de ensino da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, na cidade de Florianópolis.

Trata da pesquisa documental sobre a representatividade da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência social de Florianópolis e da forma em que se dá esta dinâmica.

Durante o estágio foram desenvolvidas algumas pesquisas documentais, observações e estudo das leis que regem o funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social que me instigaram a relatar e aprofundar os estudos a respeito.

Foi observado que a representatividade, apesar de ser paritária (representantes do “governo” e da “sociedade civil”), a representação incumbida à sociedade civil é em sua maior parte feita através de instituições de assistência social, contando com apenas uma pessoa como representante dos usuários.

Por outro lado, através dos quadros de pesquisas é possível constatar que menos de 50% das instituições de assistência social recebem subvenção, e que as instituições que recebem recursos não sustentam todos os projetos. Caracterizando assim uma forma do Estado terceirizar os serviços de assistência social sem financiá-lo em sua integralidade.

Desta forma se faz necessário questionar a legitimidade desta representatividade, pois estamos falando de representantes do terceiro setor, que em contexto histórico se contrastam com a luta que conforme Gramsci deve ser a luta por um Estado amplo e que se posiciona contra o oportunismo do Capital se apropriando do Trabalhador. Que não é a realidade da efetividade da ação das entidades de assistência social, por terem, muitas vezes, um caráter filantrópico, de solidariedade e válvula de escape para o descompromisso do Estado com a sociedade civil.

O presente estudo, foi dividido em três capítulos sendo que no capítulo I, será abordado brevemente as concepções distintas de sociedade civil, com uma diversidade de pensamentos de filósofos que enriqueceram a discussão. O que aponta para o

problema da representatividade, onde é questionada a forma da representatividade da “sociedade civil” nos Conselhos Municipais de Assistência Social, que é feita através de entidades de assistência social.

Veremos no segundo capítulo a Política de Assistência Social e Conselhos de Assistência Social em seu contexto histórico e a influência das conferências para o crescimento das políticas de assistência social e para a participação da sociedade civil no controle e fiscalização na execução destas políticas.

No terceiro capítulo são abordadas algumas questões da sociedade civil e da representatividade no CMAS de Florianópolis/SC, com pesquisas documentais feitas pela autora do presente trabalho, enquanto estagiária do Serviço Social.

Ao final, serão apresentadas algumas considerações a fim de contribuir para que a representatividade da sociedade civil seja de fato, real.

Espero que através desta pesquisa, possa contribuir para a modificação da realidade futura dos Conselhos em sua representatividade, bem como favorecer a legitimidade da representação da sociedade civil neste espaço.

I Concepções distintas de sociedade civil e o problema da representatividade

1.1 Concepções de sociedade civil

Existem várias concepções de sociedade civil. Conforme autores que debatem o tema (PEREIRA, 2009; DURIGUETTO, 2008; SIMIONATO, 2004; IAMAMOTO, 2007; NETTO, 1989), a sociedade civil historicamente foi concebida de formas diversas.

Dentre estas formas, podem ser mencionada a “jusnaturalista”, dentre as quais se encontra a posição defendida por importantes teóricos como Hobbes (1588-1670). Para este autor, o homem, por natureza “é o lobo do homem”, ou seja, a sociedade por si seria inviável. Deste modo, Hobbes defende o Estado Político como mediador das relações sociais, um mediador necessário para a “civildade”.

Segundo (PEREIRA, 2009) outra concepção é aquela dos teólogos e escritores eclesiásticos que faziam dicotomia entre esferas do poder político e do poder religioso, “prevalecendo o poder religioso”. Já a de Hobbes “era de uma visão de sociedade civilizada, consequentemente de política racional, inteligente, sociável e sem violência”, ainda que o Estado fosse para ele um “Estado forte”.

Pode-se dizer que de formas diferentes a tradição das teorias políticas ocidentais modernas defendem a ideia do Estado como um mediador necessário para a viabilidade das relações sociais. Neste sentido, para Rousseau (1712-1778) a sociedade deve ser civilizada e neste modelo de sociedade existem violências e estado de guerra, mas que para a preservação da paz é necessário um pacto de convivência, dando origem ao Estado. Rousseau é um dos mais importantes precursores da concepção moderna de democracia.

Outro importante pensador das relações entre sociedade civil e Estado Político na modernidade também abordado por Pereira (2009) é o filósofo Hegel (1770-1831). Para ele a sociedade civil “é o campo de batalha, a luta de todos contra todos”, o campo de batalha dos interesses particulares dos indivíduos, famílias, grupos e corporações. Hegel

defende que apenas no âmbito do Estado, os homens podem encontrar e realizar a verdadeira universalidade humana.

Na interpretação de Pereira (2009) a respeito da visão de Hegel, em relação à sociedade civil é de que, quando a sociedade civil se organiza, trabalhando em união com todos os órgãos que a constitui, ela passa a ser transformada em Estado, um Estado que se preocupa com os indivíduos que o compõem. Ou seja, Estado é igual à sociedade civil organizada e “*civil é o mesmo significado de burguês*”.

Uma concepção distinta e original de sociedade civil encontra-se na obra de Karl Marx (1818-1883). Segundo a autora Pereira (2009), para Marx, a “sociedade civil é o espaço das relações econômicas que caracterizam a estrutura (mundo material e condições objetivas socioeconômicas) de cada sociedade” onde a sociedade civil se diferencia do Estado, pois para Marx o Estado é a “superestrutura (política, cultura, ideias e condições subjetivas) na qual prevalecem as relações de dominação”.

Ao contrário de Hegel, Marx defende que o Estado moderno é um Estado de Classe, ou seja, representa os interesses da classe dominante, no caso, a burguesia e seus interesses econômicos. Neste sentido, a sociedade civil é permeada pela contradição entre Capital e Trabalho, entre os interesses contrapostos da burguesia e da classe trabalhadora, e o Estado não pode garantir uma real universalidade humana.

Segundo a autora Pereira (2009), no século XX, Gramsci prossegue e desenvolve a teoria política Marxista. De acordo com Simionatto (2004), em relação a Marx, Gramsci defende um “Estado ampliado”, que compreende tanto a dimensão da força como a dimensão da hegemonia e do consenso. Neste sentido, o Estado é um “instrumento de dominação”, via coerção e consensos, mas também um espaço e um campo de lutas. Gramsci defende assim uma ideia tanto de Estado ampliado como uma concepção ampliada de sociedade civil. A sociedade civil se alarga permeia, por suas instituições, o Estado, se tornando ela própria Estado. Segundo Pereira (2009), para o autor:

Sociedade civil é o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos, de ideologias, compreendendo o sistema escolar, os partidos políticos, as igrejas, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico;

Sociedade política é o conjunto de aparelhos por meio dos quais a classe dominante detém ou exerce o monopólio legal ou de fato da violência. Trata-se dos aparelhos coercitivos do Estado, encarnados nos grupos burocráticos ligados às forças armadas e policiais e à aplicação das leis. (PEREIRA, 2009)

O pensamento de Gramsci expressa uma realidade, que seria o ideal para uma representatividade que corresponda às demandas de uma sociedade violentada pelo poder do sistema capitalista, a interconexão de sociedade civil com a “sociedade política (Estado Restrito)” com o objetivo de superar as diferenças e desigualdades de classes tão esmeradas pelas classes dominantes burguesas, que se promovem e sustentam diante da exploração da força de trabalho.

Além das concepções referidas brevemente acima, no debate contemporâneo sobre sociedade civil e suas relações com o Estado político, uma série de posições conservadoras tem-se imposto no campo teórico e no campo político. Para (DURIGUETTO, 2008):

...os avanços legislativos no campo dos direitos sociais e da participação popular na sua formulação e fiscalização, foram fortemente atacados, a partir dos anos 90, pelo ideário neoliberal em ascensão, que passa a também investir na participação da sociedade civil, mas não na direção do controle social na gestão e implementação das políticas sociais, mas na direção de transferir a ela o papel o papel de agente do bem-estar social. Sociedade civil é transformada num suposto “terceiro setor” situado para além do Estado (tido como o reino da ineficiência) e do mercado (tido como a esfera que visa o lucro), cabendo a sociedade civil (transmutada em terceiro setor) desenvolver suas ações com base na lógica da solidariedade, da filantropia do voluntariado. Há aqui um esforço ideológico de despolitização da sociedade civil, concebendo-a como reino da apolítica, do a-classismo, deslocando suas lutas para o campo *ético-moralizante*.

Segundo a autora, a categoria sociedade civil deve ser vista com base na tradição marxista expressa no pensamento mais amplo de Gramsci, e na discussão importante feita por Coutinho, buscando a legitimação da sociedade civil através das “lutas sociais de uma perspectiva teórica e ético-política, que vise à totalidade social, que objetive romper com o caráter da parcialidade e do corporativismo de suas reivindicações”, onde haja um espaço em que a sociedade civil possa realmente discutir suas demandas contraditórias, “de forma mais abrangente e classista”.

É com este pensamento que convidamos a fazer uma crítica à forma de representatividade da sociedade civil nos Conselhos Municipais de Assistência Social, colocando algumas questões para serem analisadas:

- Como entidades de assistência social que atendem uma pequena parcela de usuários podem dar conta de representar a totalidade existente de demandas advindas da sociedade civil?
- Como combater o corporativismo e o “a-classismo”, se permitimos que entidades chamadas de “terceiro setor” que atuam, muitas vezes, através do voluntariado e solidariedade, e que contribuem para a não ampliação do Estado, representem a sociedade civil que carece de um Estado amplo e efetivo em suas legislações?
- Será que as chamadas entidades de assistência social têm estrutura e visão de uma totalidade da realidade social nas localidades em que elas não estão presentes, para a legítima representatividade da sociedade civil, onde impere “vontade coletiva e de um projeto ético-político de classe”? (DURIGUETTO, 2008:93)

Mesmo considerando os avanços da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social no sentido de uma política de Estado, as indagações acima parecem muito pertinentes.

Na contemporaneidade o Estado tem tirado a responsabilidade da questão social dos seus ombros e transferido às entidades do terceiro setor, um papel que ele através dos altíssimos impostos deveria dar conta.

Deste modo, o Estado transfere alguns benefícios, sem atender as demandas por completo, pois as entidades de assistência social devem apresentar uma contrapartida, porque o Estado não subsidia todas as entidades de assistência social, são apenas algumas entidades ou alguns projetos, logo, a contrapartida, que não é pouca, é da responsabilidade da entidade de assistência social, ou seja: “sociedade civil”.

1.2 O problema da representatividade

Como pontuamos acima, um problema principal da representatividade da sociedade civil nos Conselhos de Assistência Social, é o da forma da composição dos membros, que não legitima e garante esta representatividade em sentido amplo, conforme discutimos ao apresentar a posição representada pela tradição gramsciana.

Observamos que apenas está assegurado em lei que a composição dos conselhos deve ser paritária entre sociedade civil e governo, mas não se detalha de qual setor a representatividade deve ser, principalmente da sociedade civil. Ficando a critério de cada município estabelecer os órgãos em que irão representar a composição dos membros do Conselho.

O Conselho Municipal de Florianópolis, que é a nossa fonte de estudo, está organizado em membros, denominados Conselheiros, conforme a Lei Municipal de Florianópolis nº 8049/2009, na Sessão III, Art. 6º, sobre a composição, onde apenas três são representantes dos usuários e organizações, sendo que um destes é usuário da unidade de CRAS que é o nosso Centro de Referência de Assistência Social. O restante dos representantes são dois de entidades de trabalhadores e quatro representantes de entidades de Assistência Social que pertencem ao Terceiro Setor.

Esta é uma questão central a se pensar, pois além das entidades do Terceiro Setor estar desempenhando o papel do Estado – como buscaremos demonstrar mais à frente – elas também estão exercendo o poder e o espaço político que pertence a uma amplitude maior da sociedade civil, que não se limita e particulariza a algumas entidades de assistência social, mas abrange o universo do povo brasileiro, da classe trabalhadora, das classes subalternas. Sob o prisma crítico da citação da Duriguetto:

Não obstante, essa face solidária imputada pelo Estado e pelo capital às organizações, movimentos e ações que compõem a sociedade civil ou “terceiro setor”, isso não significa que se tenha deixado de lado o permanente trabalho ideológico de conceber e de reforçar a dinâmica das relações sociais cimentada em valores individualistas e particularistas. Sendo assim, àquela lógica solidária da sociedade civil, sobrepõe-se uma concepção hegemônica de valores que orientam a reestruturação do capital e as transformações do Estado. E nessa concepção hegemônica, a sociedade civil é vista como esfera em que os indivíduos buscam a expressão e a realização de seus interesses particulares. É, portanto, o reino do mercado, sendo este o motor da regulação das relações sociais e de toda racionalidade política possível. Ou

seja, a política passa a ser tratada e pensada a partir de critérios de “custo-benefício”, “eficiência” e “racionalidade econômica”, condição sem a qual o mercado não pode realizar plenamente suas supostas virtudes civilizadoras (DURIGUETTO, 2008, p.89).

Podemos analisar que é uma forma de representatividade deficiente e reduzida, que na prática tende ao corporativismo, por se tratar em sua maioria de entidades do terceiro setor buscando interesses particulares a cada entidade e não ao público geral, ou seja, não da sociedade civil conforme a mencionada concepção ampliada e crítica de fundada em Gramsci.

Verifica-se que a preocupação central das entidades que representam a sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis tem sido focada na partilha das subvenções entre elas, em limitar as inscrições de entidades, e na fiscalização destas. Podendo ser notória esta afirmação, através da observação demonstrada nos quadros de 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 de cada comissão, onde se percebe a concentração da presença dos “representantes da sociedade civil” nas reuniões de: Comissão de Inscrição, Comissão de Políticas e Reunião do GT Convênios, sendo que as Comissões: de Divulgação, da Comissão do Programa Bolsa Família, não estão funcionando, mesmo sendo comissões de extrema importância.

2 Política de Assistência Social e Conselhos de Assistência Social

2.1 C. F./LOAS/PNAS/SUAS

2.1.1 A Constituição Federal Brasileira de 1988

A Constituição de 1988 é resultado de um contexto histórico advindo das lutas da sociedade civil, conforme as referências da tradição gramsciana, organizada através de grupos estudantis, operários, camponeses e grupos religiosos que buscavam o fim da Ditadura Militar em meio à crise econômica, que se arrastava no país desde a crise do chamado “milagre econômico”, em 1973, em meio à crise econômica sendo exposto através do alto índice de desemprego o chamado “arrocho salarial” da classe

trabalhadora, o aumento dos juros internacionais, a denominada crise do petróleo aumentando o seu preço, dentre outros fatores e manifestações.

O movimento, “Diretas Já”, manifestação da sociedade civil, foi a seiva que impulsionou o fim da Ditadura Militar, apoiando o processo de abertura democrática que teve na Eleição Indireta do Presidente Tancredo Neves e Vice Presidente José Sarney, uma importante expressão do seu avanço.

É com este panorama em que a Constituição Brasileira de 05 de Outubro de 1988 é instituída, através das lutas da classe dos trabalhadores, dos movimentos sociais oprimidos pela superexploração do Capital, enfim, como expressão das contradições da sociedade civil burguesa.

Assim sendo, “depois de nove mil horas”, “320 sessões plenárias”, a Constituição Federal de 1988 é materializada, resultado do empenho da participação política do povo Brasileiro e de diferentes interesses da sociedade civil. As elites econômicas capitalistas, por sua vez, buscavam novos caminhos para o desenvolvimento econômico e político do país.

Na política social em geral, e no caso da assistência social, através das lutas e contradições citadas, muitos avanços legais foram obtidos. Destacam-se e se concretizam uma variedade de direitos sociais e políticas públicas sociais, de responsabilidade do Estado, de direito universal de cidadania.

Os direitos conquistados incorporam o tripé da Seguridade Social, composta pelas políticas de assistência social, saúde e previdência social, conforme consta na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 194:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II o amparo às crianças e adolescentes carentes; III- a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (Brasil, 2006, p.133).

A Constituição Federal de 1988 prevê os principais objetivos da Seguridade Social, destacando os direitos de segurança à vida em todos os seus ciclos, desde a

gestação, infância, adolescência até a velhice, em seus aspectos fundamentais, seja no caso de saúde dos cidadãos, das circunstâncias em que está momentaneamente fora do trabalho (por várias razões, desde problemas de saúde, desemprego, maternidade, idade/ aposentadoria, descanso/ férias), ou sem condições mínimas e elementares de sobrevivência. Estando previsto também a:

Universalidade da cobertura no atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralizado da administração, mediante a gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL, Constituição Federal, 2011, p. 129)

Na prática, podemos observar que a universalidade referida na Constituição Federal, não se efetiva (já no caso da assistência social, há critério de seletividade, quando se pressupõe que “deve ser prestada a quem dela necessitar”), que direta ou indiretamente o financiamento recai principalmente sobre a classe trabalhadora, seja pelas taxas embutidas sobre o trabalho, seja pelas taxas através dos impostos altos sobre o consumo.

No caso da saúde, no âmbito do Estado e da lei, se materializa com o surgimento do Sistema Único de Saúde, baseado no caput da Constituição Federal, da Seção II, art. 196 onde consta: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. (BRASIL, 2011, p. 131)

Consta também no caput do art. 198, [...] a política de saúde em um sistema único e integrado em rede regionalizada, em disposto em diretrizes, sendo que a: descentralização; o atendimento integral e a participação da comunidade.(BRASIL, 2011, p. 131)

Da organização da Previdência Social, na Constituição Federal está previsto no art. 201, é de caráter contributivo e de filiação obrigatória, dentro de uma perspectiva financeira que mantenha o equilíbrio e expectativas de riscos e retorno financeiros abrangendo nos incisos:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; II - proteção à maternidade, especialmente à gestante; III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes ou companheiro e dependentes, observado o disposto no §2º. (BRASIL, 2011, p. 133)

A política de assistência social está prevista no artigo 203, não tem caráter contributivo, porém vale destacar a “universalidade relativa”: é para todos, desde que “dela necessitem”.

Na sequência, apresentam-se os objetivos dessa política de assistência social, importantes, mas segmentados. Ou seja, por campos/áreas específicos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 2011, p. 135)

Estes objetivos serão repetidos exatamente iguais na LOAS de 1993, sendo reformulada pela Lei do SUAS (Lei 12.435, de 2011) alterando esses objetivos.

Observando a Constituição Brasileira de 1988, no Art. 204, que dispõe sobre as diretrizes da política de assistência social, constata-se que ficam estabelecidas duas importantes diretrizes, que serão desdobradas na LOAS, normas e desenvolvimento futuro da política de assistência social brasileira: a primeira diretriz, é a descentralização político-administrativa:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2006, p.135).

A segunda diretriz da política de assistência social, exposta no mesmo artigo, no seu inciso II, tem uma importância especial para o presente estudo. Trata-se da diretriz da participação da sociedade civil através da “participação da população, por meio de organizações representativas para a formulação das políticas e para o controle das ações em todos os níveis” com recursos do orçamento da Seguridade Social. (Brasil, 2006).

Como temos afirmado até aqui, cabe a esta representatividade uma discussão mais profunda e de entendimento, pois é através destas “organizações representativas” que a sociedade civil participa e controla as ações do Estado. Desde a Constituição Federal, põe-se o problema da presente pesquisa, pois tais organizações representativas, no caso da assistência social, serão as denominadas “entidades” e “organizações da sociedade civil”, que, conforme estamos sugerindo, acabam representando de um modo limitado e problemático os interesses da população brasileira que demanda os benefícios de tal política, como buscará se demonstrar ao longo do presente trabalho.

2.1.2 LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742

É importante resaltar o contexto histórico-social, que delineiam a gestação da LOAS em meio ao final da década de 80 e durante a década de 90, a crise da forma de produção capitalista, a busca de novos caminhos para a economia e a política brasileira pelas trilhas do neoliberalismo: desregulamentação e abertura geral da economia para as trocas selvagens com o mercado mundial, redução do Estado para as políticas sociais sob os moldes do Consenso de Washington, e uma característica que será importante para o presente estudo: a tendência a despolitizar a sociedade civil e suas contradições de classe, chamando essa “sociedade civil” a se responsabilizar pelas políticas sociais, por exemplo.

É nesse contexto adverso, perpassado inicialmente pelos governos Collor e Itamar Franco, e principalmente depois pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que a LOAS nascerá. Portanto, nasce e tem sua infância num ambiente muito desfavorável a um crescimento verdadeiro e saudável.

Com base na Constituição Federal de 1988, artigos 203 e 204, a LOAS de 1993, bem como em sua reformulação consolidada em 2011, através da lei Nº 12.435, regula as normas e os critérios da Assistência Social para a efetivação da política de assistência social e na garantia de direito do cidadão. No Art. 5º, alínea II, garante a participação da sociedade civil, por meio das organizações representativas, que é o assunto principal deste estudo.

A LOAS em seu texto original, no artigo primeiro do Capítulo I têm como definições e objetivos a garantia da assistência social aos cidadãos por meio do Estado como dever, não sendo exigido contribuições para se obter os benefícios para as necessidades e demandas. Observa-se que tal definição e pressupostos mantêm-se consolidados através da Lei nº 12.435/2011.

Em relação aos objetivos, no texto original, são mantidos os mesmos do texto constitucional, como se pode verificar no seu artigo 2º. A LOAS, em seu texto original, no Capítulo I, no Art. 1º e 2º, estabelecem como objetivo da assistência social: “proteger as famílias, a maternidade, a infância, a adolescência e velhice, amparar às crianças e adolescentes carentes, promover a integração ao mercado de trabalho, habilitar e reabilitar as pessoas com deficiência e promover sua integração”. (BRASIL, 1993)

Esses objetivos foram alterados de um modo importante pela Lei nº 12.435/2011. Assim o art. 2º do Capítulo I da LOAS, que trata dos objetivos da política de assistência social, portanto, um artigo fundamental, decisivo e estratégico, foi alterado em seu inciso I, constando a partir de então a seguinte redação: “a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos...” sendo que os incisos que compunham este artigo anteriormente passaram a serem alíneas, mas contendo o mesmo conteúdo.

No artigo segundo da LOAS consolidada, contempla os objetivos da assistência que são a: proteção social com base na garantia da vida conforme a Constituição de 1988, a redução de danos com característica de prevenção, abrangendo a família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, amparando às crianças e os adolescentes carentes, promover a integração ao mercado de trabalho, habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e vida comunitária, garantir um salário mínimo a pessoa com deficiência ou idoso que através da comprovação não possa garantir seu

sustento e a vigilância socioassistencial que busca assegurar a capacidade protetiva das famílias, garantia do acesso do cidadão aos direitos sociais. (BRASIL, 2011)

No artigo terceiro do Capítulo I, a LOAS trata das características das entidades e organizações de assistência social, que devem ser sem fins lucrativos, que atendem usuários que estão segurados pela LOAS. No caput deste artigo, fica estabelecido:

Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. (BRASIL, Lei nº 12.435, 2011)

Importante notar e destacar que o caput desse artigo 3º é basicamente o mesmo no texto original da LOAS/93 e no texto reformulado pela Lei 12.435. Contudo, com a Lei 12.435 são inseridos três incisos que especificam as entidades de assistência social.

Assim, uma vez definidas em termos mais gerais as características dessas entidades, a LOAS detalha suas finalidades, especificando três “tipos” de entidades: aquelas que são consideradas de “atendimento”, aquelas consideradas de “assessoramento”, e aquelas que são entendidas como “entidades de defesa de direitos”:

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18.

§ 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18.

§ 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18. (BRASIL, Lei 12435, 2011)

Essas entidades devem ser de atuação para a defesa e garantia de direitos, com serviços de ações continuadas, permanentes e planejadas, compreendidos em benefícios de prestação social básica ou especial (BRASIL, 1993). Este artigo foi mudado pela Lei 12.435 de 2011, com a seguinte alteração: onde estava escrito “consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos...”, foram retiradas as palavras que estão sublinhadas e acrescentadas as expressões destacadas a seguir: “...sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários...” (BRASIL, 2011)

Os princípios regidos pela LOAS/93, constados no Capítulo II, no Art. 4º, são os de atender os cidadãos “com base na supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica”, na “universalização dos direitos sociais”, respeitando a sua dignidade, proporcionando a “igualdade nos direitos”, e a autonomia do cidadão e tornando acessível os benefícios, serviços, projetos e programas socioassistenciais, através da divulgação. Constata-se que tais princípios permanecem os mesmo na redação original da LOAS e no texto reformulado de 2011.

Também em relação às diretrizes estabelecidas pela LOAS/93 no Capítulo II, no Art. 5º, verifica-se que não houve modificações neste artigo da LOAS de 2011. Assim as diretrizes estabelecidas são as de “descentralização político-administrativa” com o objetivo de respeitar a realidade de cada território, e a “participação da população por meio de organizações representativas” e a “primazia da responsabilidade do Estado na condução da política nas esferas de governo”. (LOAS, 1993)

No Capítulo III dessa importante lei que estamos apresentando, artigo sexto foi alterado em sua totalidade. Esse artigo passa a tratar detalhadamente, desde a referida reformulação de 2011, da Gestão e sua organização, bem como das ações da assistência

social, designando de Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que traz consigo um modelo criado para gerir e organizar a assistência social como política pública.

Esse artigo, no seu inciso I, trata de “consolidar a gestão compartilhada, cofinanciamento e a cooperação técnica” entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios de modo a operar “a proteção social não contributiva.” (BRASIL, 11)

O inciso II, expõe o objetivo da integração da rede pública com a privada na assistência social, interagindo com o terceiro setor, que deveria participar, regulando, fiscalizando, mas na questão de executar e financiar os serviços de assistência social deveria apenas ser com intuito de complementar os serviços e não ser o principal responsável como podemos ver na prática, ao observarmos os quadros em que apresentam a quantidade entidades privadas no quadro 01 em comparação com a quantidade de instituições governamentais no quadro 02.

No terceiro inciso, ficam estabelecidas responsabilidades dos governos: União, Estados, Municípios e Distrito Federal. O inciso seguinte, objetiva a definição dos níveis de gestão, definindo no quinto inciso a implementação da “gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social”. (BRASIL, 2011)

Optamos, nesse momento, por citar apenas os incisos consolidados nesse importante artigo 6º, já que mais à frente, quando abordaremos a PNAS e o SUAS, retomaremos seus aspectos fundamentais. São eles: VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; VII – afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos. (BRASIL, 2011)

O parágrafo terceiro do inciso VII, que trata da integração do SUAS, percebemos então, que só fazem parte desta integração dos “entes federativos”, os “conselhos de assistência social” e as “entidades e organizações de assistência social”, motivo para se fazer uma crítica, pois há uma inclinação para este aspecto do corporativismo, assunto que seguiremos discutindo neste estudo, de que forma são representadas a sociedade civil pelos Conselhos de Assistência Social. (BRASIL, 2011)

O art. 6º - A, explana a forma de organização da Assistência Social e seus tipos de proteção, que se divide em dois incisos, sendo que no primeiro trata da proteção social básica e o inciso segundo da proteção social especial.

O art. 6º - B e seus parágrafos e incisos, definem como os tipos de proteções básicas e especiais serão ofertados pelas entidades e organizações públicas e privadas

vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS e em que moldes. Estendendo no caput do art. 6º - C e seus parágrafos, das proteções básicas e especiais que serão exercidos essencialmente pelos: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e simultaneamente pelas entidades e organizações de Assistência Social.

Constam no art. 6º - D sobre as exigências das instalações do CREAS e do CRAS, de como devem ser materializadas.

O art. 6 - E trata da aplicação dos recursos do cofinanciamento que são para as ações contínuas e para o pagamento de recursos humanos que envolvem as ações da Assistência Social respeitando os percentuais determinados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS. E o parágrafo único deste caput, trata da formação das equipes que deverá estar “relacionada com o número de famílias e indivíduos” e as formas de atendimentos. (BRASIL, 2011)

Não há alteração nos artigos 7 e 8 da LOAS de 2011, em relação ao texto original. Já no artigo 9º o parágrafo terceiro foi retirado. O caput deste artigo 9º, bem como seus parágrafos §1º e §2º trata do funcionamento das entidades e organizações de assistência social, estabelecendo que elas só podem funcionar uma vez inscritas nos Conselhos de Assistência Social Municipal ou do Distrito Federal, sendo que os Conselhos devem ser responsáveis pela fiscalização destas entidades e organizações de assistência social.

Nos artigos 10 e 11 não houve alterações, o artigo 10º trata da celebração dos convênios entre as esferas de governo e as entidades, o artigo 11º enfatiza as ações das esferas de governo, “cabendo a coordenação e as normas gerais a esfera federal e a coordenação e a execução dos programas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios” de forma articulada. (BRASIL, 2011)

No artigo 12, trata das competências da União, sendo que o inciso II foi alterado e criado um quarto inciso que é muito importante, pois se refere a uma competência de monitoramento e avaliação da política de assistência social e de assessoria aos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Foi criado, o art. 12 - A e seus desdobramentos, para designar apoio financeiro aos Municípios, Estados, Distrito Federal por parte da União sob a condição do Índice de Gestão Descentralizada – IGD do SUAS, bem como detalhar este apoio por parte da

União e apoio financeiramente para os Conselhos Estaduais e Municipais não podendo ser repassados para pagamento de funcionários públicos.

O art. 13 expressa às competências dos Estados, onde os dois primeiros incisos foram modificados, que tratam do “destino de recursos financeiros aos municípios à título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais” e de cofinanciar por meio de transferência automática” e de aperfeiçoamento da gestão e de toda a rede da assistência social , permanecendo igual os outros incisos. (BRASIL, 2011)

No art. 14, em que no seu caput dispõe sobre a competência do Distrito Federal, houve alteração apenas no inciso primeiro, onde aborda a questão de destinar recursos para os benefícios eventuais “mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos de Assistência Social do Distrito Federal”. (BRASIL, 2011)

Já no artigo 15, que estabelece das competências dos Municípios e no seu inciso I, houve alteração da questão da destinação dos recursos dos benefícios eventuais, “mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social”, permanecendo a mesma redação aos demais incisos.

No caput do art. 16 houve modificação, onde se lia “As instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social...”, lê-se “As instância deliberativas do SUAS...”, incluindo, assim o Sistema Único de Assistência social (SUAS), permanecendo a mesma leitura nos incisos seguintes. Esse é um ponto importante para se entender e dimensionar a referida diretriz da participação popular, no sentido de democratizar a assistência social brasileira. Vale citar seu caput e incisos na íntegra:

As instâncias deliberativas do Suas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil: I – o Conselho Nacional de Assistência Social; II – os Conselhos Estaduais de Assistência Social; III – o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; IV – os Conselhos Municipais de Assistência Social. (BRASIL, Lei nº 12.435, 2011)

Destaca-se ainda que se acresceu um parágrafo único, alegando que cabe aos gestores a manutenção total dos Conselhos de Assistência Social e que estes estão

vinculados aos gestores. Nos termos do texto da LOAS, lê-se nesse parágrafo único do artigo 16:

Os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil quando estiverem no exercício de suas atribuições. (BRASIL, Lei nº 12.435, 2011)

O caput do art. 17 trata da instituição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), como o órgão superior de deliberação colegiada. Vale destacar que apenas o parágrafo §4º do art. 17, foi modificado, acrescentando em sua redação das competências dos Conselhos de Assistência Social a de “acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária”, devendo estar de acordo com as “diretrizes determinadas pelas conferências nacionais, estaduais, distritais e municipais”, conforme a esfera de ação. (BRASIL, 2011)

Do art. 18, consta da competência que cabe ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que são importantes elencar juntamente com as alterações:

I – aprovar a Política Nacional de Assistência Social (redação da Lei nº 8.742/93); II – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social (redação da Lei nº 8.742/93); III – acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de assistência social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (redação da Lei nº 12.101/09); IV – Apreciar relatório anual que conterá a relação de entidades e organizações de assistência social certificadas como beneficentes e encaminhá-lo para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal (redação da Lei nº 12101/09); V – Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social (redação da Lei 8.742/93); VI – a partir da realização da II Conferência Nacional de Assistência Social em 1997, convocar ordinariamente a cada quatro anos a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema (redação da Lei nº 9.720/1991); VII – (Vetado); VIII – apreciar e aprovar proposta orçamentária da Assistência

Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social (redação da Lei 8.742/93); IX – aprovar critérios de transferência de recursos para os Estados, Municípios, Distrito Federal, considerando, para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais equitativa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias (redação da Lei 8.742/93); X – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados (redação da Lei 8.742/93); XI – estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS (redação da Lei 8.742/93); XII – indicar o representante do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS junto ao Conselho Nacional da Seguridade Social (redação da Lei 8.742/93); XIII – elaborar e aprovar seu regimento interno (redação da Lei 8.742/93); XIV – divulgar, no Diário Oficial da União, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e os respectivos pareceres emitidos (redação da Lei 8.742/93).

Ao observarmos as modificações das competências do Conselho Nacional de Assistência Social, podemos elencar alterações importantes, que têm relação com a Política de Descentralização, que destaca a importância para o acompanhamento, para o desenvolvimento e fiscalização das ações das entidades de assistência social.

E art. 19, que profere em seu caput da competência de coordenação da Política Nacional de Assistência Social, a qual é de responsabilidade da Administração Pública Federal, verifica-se que não há nenhuma alteração entre os textos originais e o revisado da LOAS.

O Capítulo IV da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/2011 e suas Seções, tratam dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social, no Capítulo V, dispõe sobre o financiamento e cofinanciamento da Assistência Social e no Capítulo VI trata das Disposições Gerais e Transitórias, assuntos importantes pelas alterações nos desdobramentos da LOAS/2011, mas que não serão o foco da presente discussão.

Sendo perceptível na proposta da LOAS mesmo em sua alteração em 2011, o foco de prioridade no atendimento as classes vulneráveis, corroborando para o pleno funcionamento do sistema vigente, não evidenciando em nenhum momento a necessidade de se mudar o sistema, mas sim de buscar um paliativo para as emergências que é quando o usuário chega ao extremo, concedendo benefícios na maior parte para a classe em situação de extrema pobreza.

2.1.3 PNAS – Política Nacional de Assistência Social

Também aqui vale mencionar rapidamente o contexto sócio-histórico, a entrada do Brasil nos anos 2000, e a busca da consolidação de um projeto econômico que tem sido caracterizado por alguns autores como “novo desenvolvimentismo capitalista”, projeto esse conduzido, no campo político, pelo partido dos trabalhadores e os governos de Lula e Dilma Rousseff. Pode-se dizer que, mantendo pilares fundamentais da política econômica do governo anterior, e mesmo prosseguindo, em certo sentido, as reformas do Estado – como, por exemplo, as reformas da previdência continuadas por Lula, no mesmo sentido privatista de FHC –, as políticas sociais ganham uma nova dimensão e sentido, que precisam ainda ser assimilados e debatidos.

A PNAS é aprovada em setembro de 2004 através de um colegiado descentralizado, sendo “amplamente divulgada e discutida em todos os estados brasileiros”, com objetivo de materializar as diretrizes da LOAS, através do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, da SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social e o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo seus princípios e diretrizes baseados na LOAS, sendo que nas diretrizes da PNAS é adido mais um inciso, constando neste inciso a foco das ações socioassistenciais, centralizando na família a “concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos”. (PNAS, 2004)

Os objetivos constados na (PNAS, 2004), são os de municiar ações, projetos, programas e serviços em prol das “famílias, grupos e indivíduos que delas necessitarem”, bem como contribuir para a inclusão, equidade, acessibilidade aos mesmos e o de centralizar as ações na família em sua convivência.

A estrutura apresentada pela Política Nacional de Assistência Social se divide em três níveis de proteção, sendo o primeiro nível a Proteção Social Básica, que visa prevenir circunstância de imponderação, “fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, que ocorrem por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições”, mediante a discriminação, estado de pobreza, privação dos meios e do acesso aos recursos. Sendo os programas desenvolvidos pelas três esferas de governo: a Federal, a Estadual e a Municipal estando contido e em consonância com o SUAS. (PNAS, 1993)

No nível de Proteção Social Básica estão inseridos programas e projetos para serem executados pelas três esferas: o BPC – Benefício de Prestação Continuada, o PAIF – Programa de Atenção Integral a Família, sendo estes serviços executados de forma direta nos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social e nas unidades básicas e públicas de assistência social, sendo executados também de forma indireta dentro do perímetro de ações dos CRAS pelas entidades e organizações de assistência social não governamental.

O segundo nível é o de Proteção Social Especial de Média Complexidade, que têm o objetivo de atender pessoas pelas quais seus direitos foram violados, mas os vínculos familiares e sociais não foram rompidos, através de entidades governamentais e não governamentais de assistência social, mediante o “serviço de orientação e apoio sociofamiliar, plantão social, abordagem de rua, cuidado no domicílio, serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, medidas socioeducativas em meio-aberto.” (PNAS, 1993)

E por último o terceiro nível, que trata da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, sendo destinado a pessoas nas quais estão em: “situação de risco, ameaça, ou sem referência” necessitando de proteção integral, moradia, alimentação, trabalho, através dos serviços de “atendimento integral institucional, casa lar, república, casa de passagem, albergue, família substituta, família acolhedora, medidas socioeducativas restritivas e privativas, trabalho protegido”. (PNAS, 1993)

No capítulo três da PNAS é abordado o modelo de Gestão com a perspectiva do SUAS – Sistema Único de Assistência Social que têm as características de aparelhamento da vigilância social, a proteção social e institucional, baseada na universalização da proteção social sob o perfil de “eixos estruturantes e subsistemas”

que evidenciam a matricialidade sociofamiliar no centro das atenções da referência para o SUAS e para a aplicação da PNAS.

Evidenciam também a descentralização político-administrativa, que também nos remete a crítica a esta ideia de descentralização, pois se a descentralização tiver como o objetivo em sua prática a aproximação da realidade de cada região e de construir políticas que venham de baixo para cima, se faz jus ao propósito, mas se a intenção for a de responsabilizar os municípios pelo sustento dos serviços, programas e projetos que devem ser da responsabilidade do Estado financiar, então nos defrontamos com mais uma estratégia de Governo para ampliar as ações com um Estado mínimo, através “das custas” dos municípios que por sua vez contam com a terceirização do financiamento dos programas, serviços e projetos de assistência social, através de instituições não governamentais, a territorialização, o fortalecimento da relação entre Estado e Sociedade Civil.

Onde pode ser questionada esta “relação” que apresenta fragilidade por parte da sociedade civil, pois esta dialética só pode ser eficiente e plausível se a sociedade civil for capacitada para “dirigir intelectualmente e moralmente” seus projetos e lutas, conforme Gramsci, pois do contrário, será apenas massa de manobra da classe dominante.

2.1.4 O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

Através das discussões nas Conferências Nacionais de Assistência Social, sob o contexto histórico do 10º ano da trajetória da LOAS, levantou uma importante deliberação na IV Conferência, a construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, abordado através da V Conferência Nacional de Assistência Social em dezembro de 2005, sob tema principal “SUAS – Plano 10”.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, é produto dos processos sociais, econômicos e políticos a que nos referimos, em termos breves, anteriormente. Sua materialização se dá no contexto do primeiro governo Lula, em 2005, articulada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, com o objetivo de

aparelhar as ações de Assistência Social em um único sistema com a participação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em relação à gestão do SUAS, verifica-se que são três os tipos de gestão: União, estados e municípios. E são pressupostos também três níveis de comprometimento de Gestão, no caso dos municípios e dos estados:

- Gestão Inicial: Neste nível de gestão, diz respeito aos municípios que estão executando os serviços com a forma antes da implantação do SUAS e que estão em fase inicial de adesão ao sistema;
- Gestão Básica: É um nível de gestão, em que o município se responsabiliza em atender serviços, programas e projetos apenas da proteção social básica.
- Gestão Plena: Este nível gestão se trata do comprometimento do município em atender todos os níveis de proteção social: Proteção social básica, proteção social especial média complexidade e proteção social especial alta complexidade.

2.1.5 Panorama geral do SUAS no município de Florianópolis

O SUAS, conforme vimos acima, avança no sentido de estabelecer a política de assistência social como dever do Estado e direito de cidadania.

Sendo aperfeiçoado e ampliado o Sistema Único de Assistência Social através das discussões da VI Conferência, desencadeando a necessidade de assegurar a proteção social através da responsabilização e comprometimento pelo Sistema Único de Assistência Social. Sendo deliberado como metas o “controle social e protagonismo dos usuários; financiamento; gestão do trabalho e intersetorialidade das políticas sociais; e desenvolvimento econômico”.

Na trajetória do SUAS com a implementação da política da descentralização e a territorialização, os municípios passam a ter como missão a responsabilidade de garantir a que os serviços, programas, projetos e benefícios cheguem a população de forma qualificada e ampla.

Nesse sentido, a União, estados e municípios, ou seja, o poder público em geral, deve prover esse direito instalando equipamentos, provendo serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, se habilitando para tal.

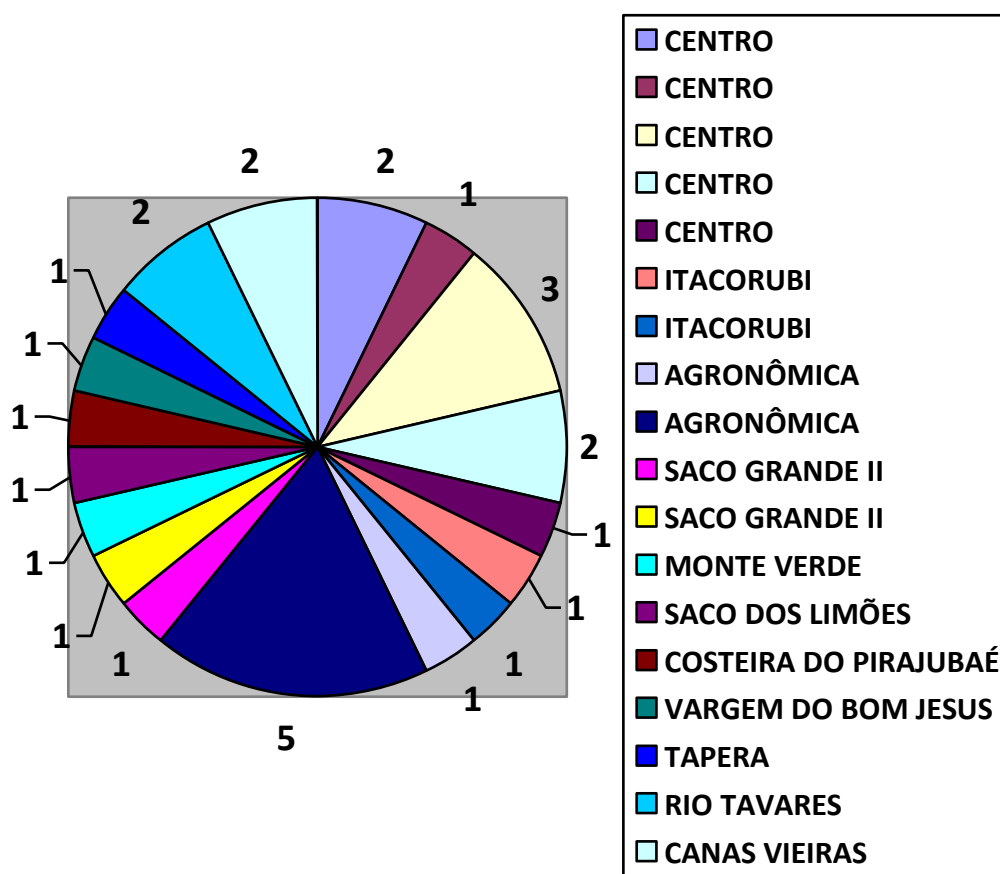
As entidades, ONGs, organizações que eram denominadas entidades de filantropia, passaram a se enquadrar nestes moldes também, com parâmetros de tipificação (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resoluções nº 109/09; Resolução nº 27; nº 33 e nº 34 de 2011), de serviços, programas, projetos a serem oferecidos e assim obterem Declaração de Entidade de Assistência Social.

Nos quadros nº 01 e nº 02 do anexo, explicitam dados importantes, que foram coletados durante a pesquisa documental, do estágio no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis, constam a relação de entidades não governamentais e governamentais que compreendem hoje o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Município de Florianópolis.

Antes de vislumbrar os gráficos abaixo que resumem os quadros nº 01 e nº 02 dos anexos, é importante ressaltar que a PNAS prevê um espaço de participação das entidades da assistência social do SUAS, porém este espaço é o da complementaridade e não o da maior parte dos serviços em que o governo deve executar, desde que tais entidades estejam regularmente constituídas e funcionando adequadamente.

Gráfico 01

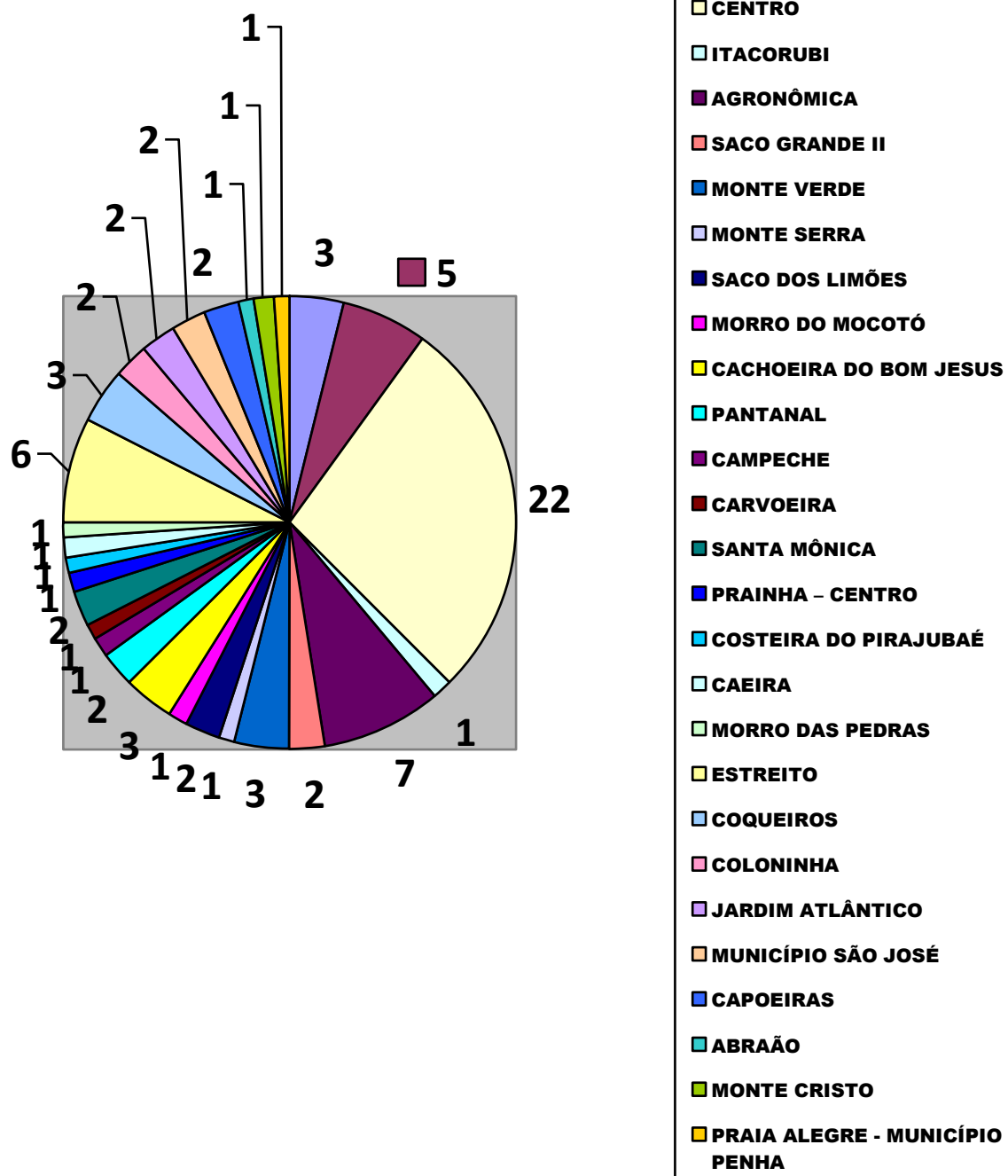
Entidades Governamentais do Município de Florianópolis:



Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
 Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Gráfico 02

Entidades não Governamentais de Florianópolis:



Ao observarmos podemos perceber quantitativamente a diferença entre a relação das entidades não governamentais e governamentais, demonstrando o inverso, as entidades não governamentais estão em proporção maior que o governo. Este é um grande desafio para que os Conselhos avancem no sentido de fazer executar o que já está previsto em Lei. Pois se o Estado é o primeiro responsável pelo provimento dos serviços, e o cidadão é o primeiro interessado nesses serviços, porque a representatividade nos CMAS, CEAS e no CNAS se faz predominantemente via entidades de assistência social?

No quadro nº 02 que está em anexo, podemos perceber que, dentre as 80 entidades, 39 são conveniadas com o Poder Público, ou seja, 41 entidades não recebem subvenções, sendo que trinta e nove recebem subvenções parcialmente.

Segue abaixo duas tabelas com índice das Entidades não governamental Inscritas no CMAS de Florianópolis por Localidade, e a apresentação daquelas que integram atualmente o CMAS:

Quadro nº 03 PARTE INSULAR:

LOCALIDADE	QUANTIDADE DE INSTITUIÇÃO	ENTIDADES QUE INTEGRAM ATUALMENTE O CMAS
TRINDADE	3	
INGLESES	5	
CENTRO	22	2
ITACORUBI	1	
AGRONÔMICA	7	
SACO GRANDE II	2	2
MONTE VERDE	3	
MONTE SERRA	1	
SACO DOS LIMÕES	2	
MORRO DO MOCOTÓ	1	
CACHOEIRA DO BOM JESUS	3	

PANTANAL	2	
CAMPECHE	1	
CARVOEIRA	1	
SANTA MÔNICA	2	
PRAINHA – CENTRO	1	
COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ	1	
CAEIRA	1	
MORRO DAS PEDRAS	1	

Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Quadro nº 04 PARTE CONTINENTAL:

LOCALIDADE	QUANTIDADE DE INSTITUIÇÃO	ENTIDADES QUE REPRESENTAM O CMAS
ESTREITO	6	
COQUEIROS	3	
COLONINHA	2	
JARDIM ATLÂNTICO	2	
MUNICÍPIO SÃO JOSÉ	2	
CAPOEIRAS	2	
ABRAÃO	1	
MONTE CRISTO	1	
PRAIA ALEGRE - MUNICÍPIO PENHA	1	

Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Nos quadros acima podemos observar que apenas duas localidades são representadas, conforme as normas de representatividade indicada pelo SUAS/LOAS e as entidades que estão representando no CMAS de Florianópolis, apenas 4 das 80

entidades representam a sociedade civil. Demonstrando uma proporção muito pequena em relação a quantidade total de entidades.

Nos quadros nº 01 e nº 02 que estão nos anexos, existem serviços, ações e atividades que não estão tipificados na Tipificação de 2009 e que na adequação da execução dos serviços tipificados em confronto com a realidade na aplicação dos serviços, evidenciaram a necessidade de tipificar, caracterizar, integrar outras ações e serviços no campo da assistência social, sendo três Resoluções que integram estas necessidades evidenciadas:

A Resolução nº 27 do CNAS de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as “ações de atividades de assessoramento e garantia de direitos” como atividades de assistência social. São atividades muito importantes que assessoram, fortalecem, capacitam os movimentos sociais e as organizações de usuários de forma contínua e planejada.

A Resolução nº 33/11 do CNAS, “promoção da integração ao mercado de trabalho”, foi integrada como ação de proteção social no campo da assistência social em novembro de 2011, ficando estabelecida a nomenclatura de ação “mundo do trabalho”, tendo como programa o ACESSUAS que encaminha os usuários da assistência social ao mundo do trabalho e que tem como usuários, pessoas de 16 a 59 anos de idade. (RESOLUÇÃO Nº 34, 2011)

A Resolução nº 34/11 do CNAS, serviços de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência passaram a serem serviços tipificados em novembro de 2011, decorrência dos Movimentos em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. (RESOLUÇÃO Nº34, 2011)

Com a aplicação da Resolução 231/11 do CMAS de Florianópolis, que está baseada na LOAS, na Resolução nº 33/11 CNAS, que normatiza os serviços programas e projetos executados pelas entidades privadas e instituições governamentais de assistência social, todas as entidades tiveram que se adequar para se enquadrarem como entidade de assistência social, fazendo nova inscrição, apresentando documentações que comprovem suas atividades legalmente, demandando ao CMAS a verificação da documentação e visita técnica.

Sendo assim, atualmente, muitas entidades não têm ainda a análise do CMAS se são de assistência e qual o tipo de serviços que prestam a comunidade, tendo apenas 06

entidades cadastradas e visitadas. No quadro número 02, na maioria das instituições, foi relatado que estão sob análise, pois não se têm ainda estudo destas instituições, por haver demanda de pessoas para fazer a análise técnica das instituições, algumas continuam recebendo subvenção até que tenha passado por análise, pois os serviços não podem ser prejudicados em função desta transitoriedade.

Quadro nº 05 PARTE INSULAR:

LOCALIDADE	QUANTIDADE DE INSTITUIÇÃO	ENTIDADES GOVERNAMENTAIS
TRINDADE		
INGLESES		
CENTRO	9	2 CRAS/ 1 PASA/3 CENTRO POP/ 2 CASA DE ACOLHIMENTO/1 BOLSA FAMÍLIA
ITACORUBI	2	1 CEC/1 CRAS
AGRONÔMICA	6	1 CEC/5 CREAS/
SACO GRANDE II	2	1 CRAS/1 PRO JOVEM
MONTE VERDE	1	1 CEC
MONTE SERRA		
SACO DOS LIMÕES	1	1 CRAS
MORRO DO MOCOTÓ		
CACHOEIRA DO BOM JESUS		
PANTANAL		
CAMPECHE		
CARVOEIRA		
SANTA MÔNICA		
PRAINHA – CENTRO		
COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ	1	1 CEC
CAEIRA		

MORRO DAS PEDRAS		
VARGEM DO BOM JESUS	1	1CEC
TAPERA	1	CEC
RIO TAVARES	2	2 CRAS
CANAS VIEIRAS	2	2 CRAS

Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Quadro nº 06 PARTE CONTINENTAL:

LOCALIDADE	QUANTIDADE DE INSTITUIÇÃO	ENTIDADES GOVERNAMENTAIS
ESTREITO	2	
COQUEIROS		
COLONINHA	1	
JARDIM ATLÂNTICO	2	
MUNICÍPIO SÃO JOSÉ	2	
CAPOEIRAS	1	
ABRAÃO	1	
MONTE CRISTO	1	
PRAIA ALEGRE - MUNICÍPIO PENHA	1	

Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Os quadros 04 e 05, podemos perceber que as entidades governamentais e não governamentais em referência, não abrangem todas as localidades de Florianópolis. Demonstrando nesta pesquisa o quanto se é necessário organizar os atendimentos de forma territorializada e que o Município necessita ampliar seus atendimentos em todos os sentidos, para que todas as regiões tenham acesso igualitário.

Segundo os dados do IBGE (2011), Florianópolis possui 85 bairros. A pesquisa mostra que 19 bairros possui a presença das instituições de assistência social

governamental. Sendo que 28 bairros tem a presença de entidades de assistência social não governamental.

Analisando são 80 entidades não governamentais e 37 governamentais e apenas 32 bairros são contemplados pelos atendimentos governamentais e não governamentais.

Resultados que submete ao Conselho propor um grande um grande desafio. Fazer um planejamento junto com as entidades para que em articulação, possa se fazer um atendimento mais amplo e organizado estrategicamente, na medida em que o Estado venha ampliar seu papel.

2.2 Conselhos

Antes da discussão mais detalhada que é o foco deste estudo, devemos nos confrontar historicamente algumas evidências da origem dos Conselhos.

O autor Teixeira (1999) enfatiza três direcionamentos diferentes da origem dos conselhos, sendo que a primeira é resultado de movimentos de revoltas, colocando alguns exemplos: “a primeira fase da Revolução Francesa (1789), os Conselhos da Comuna de Paris (1871) e os *soviets* de Petrogrado (1905) e da Revolução Russa de 1917”. (TEIXEIRA, 1999:99)

A segunda trata do empenho do poder nos ambientes de trabalho, onde os operários se reúnem e reivindicam manifestando o poder que eles têm como trabalhadores, “/.../ com ação econômica e política”. Iniciando pelos “conselhos operários”, ampliando para “conselhos de fábrica” e “conselhos populares”, estando em mutação conforme o contexto histórico e “a mudança de papel e de base de classe”. (TEIXEIRA, 1999:100)

Na Itália os Conselhos surgem em 1906 através das comissões de fábrica num contexto em que, segundo o autor Teixeira a Greve de Turim de 1920, não tem sucesso por falta de comunicação com outras organizações. Já na Iugoslávia, que dá início com o comitê de libertação, onde era consultado nas decisões do meio de produção das empresas, havia também os Conselhos que tinham o papel deliberativo e mediador entre trabalhador e Estado e o Conselho Popular da Comuna, que tinha maior poder.

Com a Polônia não é diferente, o Conselho de Fábrica surge do movimento dos trabalhadores, da greve de 1956, sendo reprimido pelo governo até 1980, quando é constituído o sindicato “Solidariedade”, possuindo uma grande repercussão para as transformações política neste país. (TEIXEIRA, 1999)

A outra origem que o autor Teixeira explana é a advinda da consequência do sistema capitalista adiantado, com uma nova face corporativista, fazendo mediação entre as classes antagônicas para atenuar conflitos advindos da reivindicação da classe trabalhadora.

Os Conselhos na atualidade, segundo Borja e Teixeira, têm formas de atuarem diferenciadas entre os países, “/.../ com limites bem demarcados nos seus papéis e poderes. Geralmente têm funções consultivas ou deliberativas, de controle social, tem base territorial local, seus membros são escolhidos diretamente ou indicados por partidos com participação da gestão”. (TEIXEIRA, 1999)

Os Conselhos no Brasil, em sua gênese tem personalidade simplória, advindo dos movimentos populares de saúde ou da classe operária, sendo eleitos os membros destes próprios movimentos, com “formato de conselho popular”, mas com o afinco destas participações representativas das décadas de 70 e 80, evidenciam a importância da participação comunitária, remetendo para a construção da Constituição Federal de 1988 e um conjunto de leis. (TEIXEIRA, 1999)

O autor Teixeira (1999) afirma que os Conselhos são espaços de extrema importância no envolvimento da sociedade civil para o controle do poder, “principal instrumento de participação cidadã” para a “decisão e partilha de poder”. (TEIXEIRA, 1999:102)

Existem Conselhos em várias áreas: Conselho da Educação, Conselho de Saúde, Conselho Escolar, Conselho de Direito Humano, Conselho dos Direitos da Mulher, Conselho do Idoso, Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Tutelar, são conselhos que têm como objetivo a fiscalização e garantia dos direitos dos cidadãos.

Os Conselhos existem em vários níveis de governo, sendo: “Conselhos Setoriais; Conselho de Gestão e Conselhos de Políticas Públicas” que têm como relação os graus de governo, nacional, estadual ou municipal, tendo seu próprio gênero, lei que os normatiza e rege. (TEIXEIRA, 1999, p. 103)

Os Conselhos de Políticas Públicas no Brasil têm caráter obrigatório, para todos os níveis, de funcionamento normatizado condicionado ao repasse de recursos. O Conselho que vamos discutir é o Conselho de Assistência Social, especificamente o de nível municipal.

Os conselhos no Brasil são resultados de lutas e reivindicações da sociedade por um país democrático e equitativo que se sucederam pré e pós Constituição de 1988. Que estes têm como objetivo de controlar as ações do Estado.

A constituição dos Conselhos de Assistência Social, está prevista e amparada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 07 de dezembro de 1993, no art. 17, §4º., possuindo avanços através das Conferências no desenrolar dos anos nas quais veremos a seguir.

Conforme a autora Raichelis, a I Conferência Nacional de Assistência Social de novembro de 1995 trouxe questões importantes da LOAS “...anúncio do sistema descentralizado e participativo, municipalização, renda mínima, relação público-privado, financiamento e controle social”. (RAICHELIS, 2008)

A I Conferência trouxe progressos importantes para o fortalecimento da representatividade da sociedade civil e governo, definindo os papéis de cada um mediante a implementação da LOAS; a interlocução dos delegados eleitos em fóruns próprios representando a sociedade civil; a efetividade de deliberações cabíveis com a participação da sociedade civil, para que as políticas públicas se materializassem; a percepção do distanciamento entre sociedade civil com os movimentos sociais propiciou a motivação dos participantes da conferência em comprometer-se com reformas sociais e políticas.

Na II Conferência Nacional de Assistência Social, de dezembro de 1997, foi discutido o tema “O Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social – Construindo a Inclusão – Universalizando Direitos” contribuindo para os seguintes assuntos pautados: “Conjuntura e Assistência Social”; “Avaliação da Política de Assistência Social”; “Sistema Descentralizado e Participativo – Organização e controle social”; e “Orçamento e Financiamento da Assistência Social” e também um manifesto por parte dos delegados, que se organizaram em dois de cada estado, reprovando algumas decisões do Governo que infringia os direitos constitucionais fundamentais que

estavam prescritos na LOAS e na Política de Assistência Social, deliberando decisões aprovadas em plenária (RAICHELIS, 2008).

A partir da II Conferência Nacional de Assistência Social, conforme a LOAS/93, ficou estabelecido que, conforme a competência do Conselho Nacional de Assistência Social, “a cada quatro anos seria convocado a Conferência Nacional de Assistência Social, para avaliar a Assistência Social e estabelecer diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema”. (Lei 8.742, art. 18, VI)

A II Conferência foi importante também, porque serviram de impulso para que fosse aprovado “/.../ no ano seguinte a primeira Política Nacional de Assistência Social e dela decorreram duas Normas Operacionais, que criaram regras para o repasse de recursos públicos do Fundo Nacional de Assistência Social aos Estados e Municípios (NOB – 98)” (BRASIL, 2006:24).

Somente em 2001 é que ocorre a III Conferência Nacional de Assistência Social, pois em 1999 “foi impedida pela gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso...”, não havendo a Conferência de 1999. (RAICHELIS, 2008)

Neste contexto histórico, percebe-se o Estado interferindo na efetividade e aperfeiçoamento da LOAS/93, impedindo que a sociedade civil se organize, enfraquecendo o controle da sociedade civil nas ações do Estado. Beneficiando assim a burguesia para a ordem do Capital.

Conforme a autora Raichellis (2008) comenta, não houve muitos avanços nesta Conferência, em virtude da interferência do Estado, mas algumas deliberações foram discutidas:

/.../ 118 deliberações em plenária, divididas entre os subtemas: fontes de financiamento e orçamento destinado à assistência social; financiamento indireto via renúncia fiscal; critérios de partilha de recursos entre as esferas; critérios de partilha de recursos entre benefícios, serviços programas e projetos; cofinanciamento e funcionamento dos fundos. (RAICHELLIS, 2008, p. 10)

Segundo Raichelis (2008) a quarta conferência alavancou as determinações da LOAS, pois se tratava de uma década de existência, sob governo de Luiz Inácio Lula da

Silva que cria a o Ministério da Assistência Social separando da Previdência, descentralizando o sistema político da Assistência Social.

Ocorrida em dezembro de 2003 a IV Conferência Nacional de Assistência Social, sob tema geral “Assistência Social como Política de Inclusão: uma Nova Agenda para a Cidadania – LOAS 10 Anos”, foi significativamente uma Conferência de extrema importância, pois uma das deliberações importantes foi à “organização da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”, dentre o reconhecimento igualitário de todos os sujeitos, para o exercício da “erradicação da pobreza, redução da desigualdade social e o combate à execução social”, assegurar também orçamento para a Política de Assistência Social e a participação popular na discussão . (RAICHELIS, 2008)

Na V Conferência Nacional de Assistência Social, de dezembro de 2005, o assunto principal abordado foi a “implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” sendo um marco muito importante por se tratar de um plano com meta para dez anos, com estratégias e metas para implementação de uma política pública de Assistência Social compondo o tripé da seguridade (Saúde, Previdência Social e Assistência Social), tendo como subtemas “/.../ os direitos socioassistenciais e compromissos éticos, gestão do SUAS, recursos humanos, financiamento e controle social” (RAICHELIS, 2008). Sendo que dez direitos socioassistenciais foram estabelecidos e financiados pela Assistência Social.

No ano seguinte foi concretizada a “definição das bases e diretrizes para a nova Política Nacional da Assistência Social/SUAS”, que estabelece condições para que os Estados, Distrito Federal e Municípios tenham acesso ao “cofinanciamento federal na assistência social, bem como os mecanismos de transferência de recursos”. (BRASIL, 2006) Compreendendo o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), procedente da PNAS-2004 a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).

A VI Conferência Nacional de Assistência Social, ocorreu em dezembro de 2007, teve como tema principal “Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social” e subtemas “plano decenal; nova hierarquia para metas, tais como direitos socioassistenciais; controle social e protagonismo dos usuários; financiamento; gestão do trabalho e intersetorialidade das políticas sociais; e desenvolvimento econômico”. (RAICHELIS, 2008) É importante

menção que é nesta Conferência que se fortalece a questão do planejamento e gestão do exercício das ações das três instâncias de governo e a participação da sociedade civil.

Encontramos na VII Conferência Nacional de Assistência Social, realizada de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2009, o tema que tem relação com nosso estudo, a “Participação e Controle Social”, que segundo Raichelis (2008) o controle só pode ser realmente exercitado com a participação popular que “extrapole interesses particularistas”. (RAICHELIS, 2008:11)

Na VIII Conferência Nacional de Assistência Social, de dezembro de 2011, tem como tema central “Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores”, e como subtemas as “estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS; reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais; fortalecimento da participação e do controle social; a centralidade SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil”¹ (2012). Sendo reforçada a importância da divulgação das pré-conferências e conferências para o fortalecimento da participação.

No Brasil, os Conselhos, são espaços de representatividade da sociedade civil, de caráter consultivo, porque são instituídos para “dar conselho” e pareceres; deliberativo por decidir através de exames e discussões determinadas políticas públicas; paritário por ser formado através de igualdade de representatividade, sendo 50% da representatividade da sociedade civil e 50% da representatividade governamental; bipartite por existirem dois lados antagônicos, de partidos diferentes; autônomos porque tem autonomia, decisões próprias.

Segundo explica a autora (RAICHELIS, 2006) os Conselhos são:

Moldes definidos pela Constituição Federal de 1988, são espaços públicos com força legal para atuar nas políticas públicas, na definição de sua prioridades, de seus conteúdos e recursos orçamentários, de segmentos sociais a serem atendidos e na avaliação dos resultados. A composição plural e heterogênea, com representação da sociedade civil e do governo em diferentes formatos, caracteriza os conselhos como instâncias de negociação de conflitos entre diferentes grupos e interesses, portanto, como campo de disputas políticas, de conceitos e processos, de significados e resultados políticos.²

¹ Referente a pesquisa na Site do MDS: <HTTP://www.mds.gov.br/cnas/viii-conferencia-nacional> acesso em 08/02/2013.

² Raquel Raichelis. Articulação entre os conselhos de políticas públicas. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 85, 2006.

Podemos perceber que nos diferentes contextos históricos, os Conselhos são espaços legítimos onde se pode e deve discutir materializações da manifestação de reivindicações da Sociedade Civil, laboratório do concreto pensado.

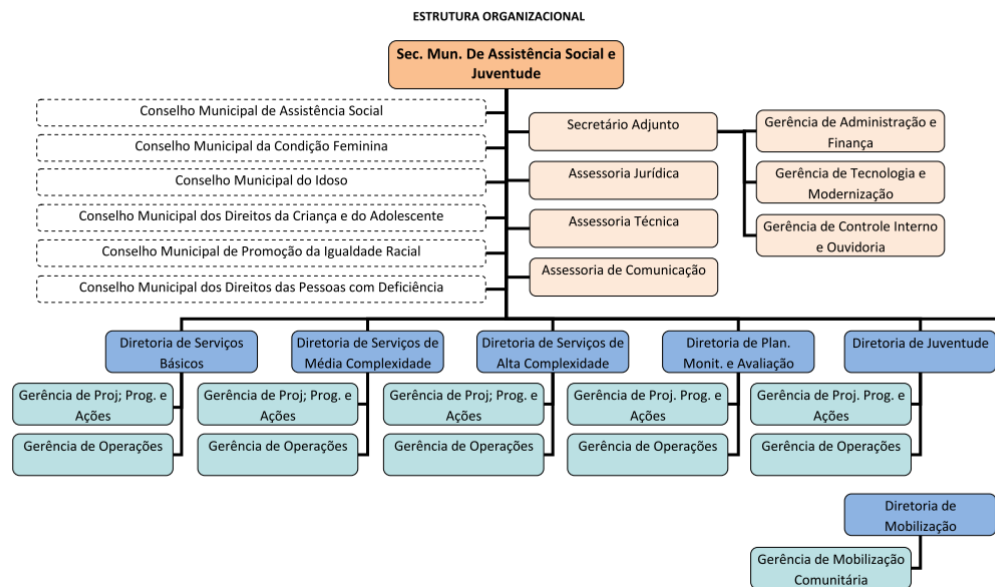
3. Sociedade civil e representatividade em questão no CMAS de Florianópolis/SC

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Florianópolis foi criado a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/93) e instituído através da lei municipal nº 4.958 em julho de 1996, que foi revogada pela Lei nº 8.049 de 19 de novembro de 2009. É órgão superior de deliberação colegiada no sistema de assistência social do município, de caráter deliberativo; normativo; fiscalizador; e consultivo e em sua composição representativa entre a sociedade civil e governo de forma paritária. Têm como objetivo definir prioridades e critérios, aprovar políticas e plano municipal, avaliar, fiscalizar, acompanhar os serviços de assistência nas esferas pública e privada normatizando e regulando. Em Florianópolis o CMAS, está situado na Av. Mauro Ramos, 1277, Centro, Florianópolis – SC, telefone 048 3251-6200 e e-mail cmasfloripa@yahoo.com.br.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis está alocado na mesma estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Florianópolis, porém no organograma abaixo, estão em pontilhado para caracterização da “autonomia” do órgão, mas que está vinculado a SEMAS. Sendo esta autonomia também relativa e até mesmo questionável, uma vez que depende do apoio administrativo e financeiro da SEMAS, conforme está instituído na Lei Federal nº8.742 de 1993 (LOAS/93).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E JUVENTUDE



Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis³

A formação do conselho é amparada em Lei, sendo que os representantes da sociedade civil são eleitos em foro próprio. Os representantes do Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis são:

Nove representantes de instituições governamentais, e nove não governamentais, sendo cinco da Secretaria de Assistência Social do Município; um da Secretaria Municipal de educação; um da Secretaria Municipal da saúde; um da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento, um da Secretaria Municipal de Planejamento e os representantes da sociedade civil são três representantes dos usuários ou e organizações e usuários da assistência social, quatro representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS e dois representantes de entidades de trabalhadores do setor.⁴

Segundo a pesquisa feita no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis, em 2012, segue abaixo os quadros de representatividade que compõe o

³ Organograma retirado do Site:

<www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/25_08_2010_12.08.44.17ae08b399c98155978515200e7b46fc.pdf>. Acessado 12/02/2013.

⁴ FLORIANÓPOLIS. Lei nº 8049/2009, dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal de Assistência Social e a Revogação da Lei nº 4958 de 1996.

Conselho, com os nomes das instituições e seus representantes não governamentais fictícios e os representantes governamentais, sendo que apenas os nomes dos representantes são fictícios.

Segmento dos Usuários:

Quadro nº 08

NOME	ENTIDADE REPRESENTANTE	TITULAR/ SUPLENTE
LEONOR	A	T
ROSANEI	A	S
ILSON	CRAS C.	T
LUCIANA	CRAS C.	S
CLAUDIO	F	T
EDSON	F	S

Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Segmento dos Trabalhadores:

Quadro nº 09

NOME	ENTIDADE REPRESENTANTE	TITULAR/ SUPLENTE
ROSILDA	CRESS	T
ELIZA	CRESS	S
VANDA	B	T
FERNANDO	B	S

Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Segmento das entidades:

Quadro nº 10

NOME	ENTIDADE REPRESENTANTE	TITULAR/ SUPLENTE
SUELEN	A	T
KARLA	A	S
MIUCHA	D	T
JANINE	D	S

NEURA	G	T
CLAUDIA	G	S
ROSALBA	C	T
ELI	C	S

Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Segmento Governamental:

Quadro nº 11

NOME	ENTIDADE REPRESENTANTE	TITULAR/ SUPLENTE
JANE	SEMAS	T
ELIETE	SEMAS	T
JUÇARA	SEMAS	T
MAURICIO	SEMAS	T
ELO	SEMAS	T
BETO	SME	T
GEANE	SMS	T
PACO	SMFP	T
KAROLINE	SMHSA	T
DEISE	SEMAS	S
MARI	SEMAS	S
JULIO	SEMAS	S
BERENICE	SEMAS	S
GUSTAVO	SEMAS	S
SERGIO	SME	S
MARCELO	SMS	S
BRUNO	SMFP	S
ROSANE	SMHSA	S

Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

O Conselho Municipal de Assistência Social atua na política de Assistência Social por meio das Comissões específicas que estudam, analisam e emitem relatórios e pareceres sobre temas pertinentes a Política de Assistência Social, que são posteriormente apreciados e deliberados em Assembleia geral:⁵

⁵ Regimento Interno do CMAS.

- **Atribuição da Comissão de Finanças:** Emitir parecer, após as análises dos recursos aplicados pelo FMAS conforme o capítulo IV e artigos subsequentes Lei 8049/09, sugerir ao CMAS meios para controlar o Fundo Municipal de Assistência Social. Trabalha em parceria com a Comissão de Políticas e articulada com as comissões e órgãos necessários para o desenvolvimento do trabalho da comissão.
- **Atribuição da Comissão de Políticas:** Emite parecer e propõe após analisar de forma articulada com outras comissões a Política Pública de Assistência Social; Articular com outras Comissões do CMAS; assistência Social do Município; efetuar análise dos relatórios de atividades da Assistência Social conforme o Artigo 20 da Lei 4.958/96; Propor implantação e implementação de ações e serviços previstos na LOAS; Buscar assessoria técnica junto a outros órgãos e segmentos sociais para definição de políticas específicas na área de Assistência Social; Elaborar o Planejamento anual da Comissão; Trabalhar de forma articulada com outras comissões; Criar instrumental de análise de Programas e Projetos; Fiscalização da rede governamental e não governamental através de análises de relatórios e visitas.
- **Atribuições da Comissão de Inscrição:** Analisar as inscrições das entidades que protocolam a solicitação de inscrição juntamente com a documentação, conforme os critérios da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Fazer visitas institucionais as entidades privadas, que solicitam inscrição, as entidades que são inscritas no CMAS de Assistência Social e as instituições que são denunciadas; elaborar pareceres das visitas e das solicitações para a apreciação da Assembleia Geral.
- **Atribuições da Comissão de Divulgação e Comunicação:** É divulgar as ações do CMAS para a Sociedade Civil e as Entidades Representativas. Promovendo assim a participação popular nas questões que envolvem a política de

assistência, nas Assembleias, nas reuniões e nos movimentos sociais, através de encartes, site, propaganda de todas as formas possíveis.⁶

Em 27 de janeiro de 2011, “regulamenta o inciso XIV do Artigo 4º da Lei Municipal 8049/09, para concluir o processo de inscrição e funcionamento de entidades e organizações de Assistência Social e de serviços e programas, projetos, e benefícios socioassistenciais”, através da Resolução nº 231/11 alterada pela Resolução nº 238 de maio de 2011. Na execução da nova Resolução todas as instituições devem fazer inscrição até o dia 30 de abril de 2012. As que não são instituições de Assistência Social, não receberão certificado de entidade de assistência social, dentre elas, as creches, comunidades terapêuticas, hospitais e etc. Pois muitas entidades eram da área da saúde ou da educação e estavam recebendo subvenção da Assistência Social ou não desenvolviam projetos da Assistência Social. (FLORIANÓPOLIS, Resolução 231 de 2011).

- **Atribuições da Comissão do Programa Bolsa Família:** Controlar o Programa, construção e manutenção de cadastro único, acompanhar a Gestão de Benefícios avaliando, informar ao SENARC as irregularidades, estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas, articular com outros conselhos, fiscalizar e monitorar o processo de cadastro de seleção dos beneficiários no município, identificar necessidades de capacitação dos membros da Instância de Controle Social e dos Gestores municipais do Programa Bolsa Família (PBF) e auxiliar.
- **Grupo de Trabalho Convênios:** É um grupo de trabalho para tratar de assunto pautado, com data pré-determinada.
- **Atribuições da Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária:** Têm como objetivo o de acompanhar a construção do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esta comissão funciona com a coordenação alternada, estando neste momento em responsabilidade do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

⁶ Das Atribuições e Competências das Comissões do Conselho estão contidas no Regimento Interno do CMAS de Florianópolis, artigos nº 31 – 37.

Podemos perceber ao observarmos os quadros abaixo uma grande concentração da representatividade da sociedade civil na Comissão de Inscrição, Comissão de Políticas, GT convênios, mas na Comissão de Finanças, Divulgação e Comissão do Bolsa Família ocorrem diferenças na questão de representatividade que devem ser analisadas.

Ao fazer estágio como acadêmica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por onze meses no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis, a autora deste trabalho constatou de que os Conselheiros não estão se reunindo na Comissão Intersectorial de Convivência Familiar e Comunitária, na Comissão do Bolsa Família, na Comissão de Divulgação e Comunicação, que são comissões muito importantes para a transparência, divulgação das reuniões para facilitar a participação da população e para que a sociedade civil possa receber o retorno das ações, em que o Conselho vem interagindo.

Foi necessário fazer tabelas divididas por Comissão para vislumbrar qualitativamente e quantitativamente a pesquisa elaborada. Sendo que nas tabelas abaixo os nomes são fictícios das entidades e dos representantes e nomes dos funcionários das entidades públicas:

Quadro nº 12 COMISSÃO DE INSCRIÇÃO	
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	INSTITUIÇÃO
ROSANE	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL
ELO	SEMAS
DEISE	SEMAS
GEANE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

REPRESENTANTES NÃO-GOVERNAMENTAIS	INSTITUIÇÃO
VÂNDA	B
KARLA	A
ELIZA	CRESS-12ª Região
MIUCHA	D
JANINE	D
COLABORADORES	
ENIVALDO	E
PROCÓPIO	F

Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
 Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Quadro nº 13 COMISSÃO DE POLÍTICAS	
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	INSTITUIÇÃO
ELIETE	SEMAS
ELO	SEMAS
MARI	SEMAS
JANE	SEMAS
JUÇARA	SEMAS
BERENICE	SEMAS

Quadro nº 14 COMISSÃO DE POLÍTICAS	
REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS	INSTITUIÇÃO
LEONOR	A
FERNANDO	B
ROSILDA	CRESS-12ª Região
ELIZA	CRESS-12ª Região
ROSÂLBA	C
NEURA	G
ROSANEI	A
FELIPA	H

Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
 Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Quadro nº 15 COMISSÃO DE FINANÇAS	
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	INSTITUIÇÃO
PACO	SEFINPLAN
JUÇARA	SEMAS
MAURICIO	SEMAS
REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS	INSTITUIÇÃO
LUCIANA	CRAS CONTINENTE
VÂNIA MARIA MACHADO	B
ENIVALDO	E
PROCÓPIO	F

Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
 Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Quadro nº 16 COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO	
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	INSTITUIÇÃO
JANE	SEMAS
ELIETE	SEMAS
REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS	INSTITUIÇÃO
VANDA	B
EDSON	F

Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
 Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Quadro nº 17 COMISSÃO DE BOLSA FAMÍLIA	
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	INSTITUIÇÃO
DEISE	SEMAS
BETO	SME
MARCELO	SECRETARI MUNICIPAL DE SAÚDE
JULIO	SEMAS
GEANE	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS	INSTITUIÇÃO
ILSON	CRAS CONTINENTE
ROSILDA	CRESS-12ª Região

Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
 Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Quadro nº 18 GT CONVÊNIOS	
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	INSTITUIÇÃO
MAURICIO	SEMAS
GUSTAVO	SEMAS
JUÇARA	SEMAS
REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS	INSTITUIÇÃO
SUELEN	A
EDSON	F
ROSANEI	A
MIUCHA	D
KARLA	A
KASSIA	SEMAS
LAILA	SEMAS CONVÊNIOS

Elaboração: Adriana Kasue Natsume, Florianópolis – SC. 2012
 Pesquisa Documental no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Através dos quadros podemos observar também que existe uma disparidade quanto às representatividades. Por exemplo: ao verificar nos quadros, a entidade “A” tem quatro cadeiras que participam integralmente nas comissões. Percebe-se também que há um descaso com algumas comissões, onde não há concentração ou paridade de representantes da sociedade civil e governo, o que em algumas comissões nem mesmo funcionou.

Temos como exemplo as Comissões: Comissão de Divulgação, Comissão do Bolsa Família que não estão funcionando. E o da Comissão de Intersetorialidade, onde não foram escolhidos conselheiros para constitui-la, ou seja, não há quadro para visualizar. Pois há um excesso de representações da sociedade civil na Comissão de Política, Comissão de Inscrição e Grupo de Trabalho (GT) Convênios. Por que será?

Isto se deve ao fato do valor em que os representantes dos Conselhos de Assistência dão para os assuntos a serem discutidos nestas reuniões de comissão.

Segundo a autora (TATAGIBA, 2004), os Conselhos devem ter “Câmaras Técnicas”, à disposição, que consistem em um grupo de técnicos, técnico com formação em Direito, com formação em Contabilidade ou em Políticas para que esses técnicos com suas competências possam analisar as documentações ou dar pareceres (TATAGIBA, 2004, p. 73).

Este é um dos instrumentais que o Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis não possui, afetando o funcionamento das atividades do Conselho, pois os conselheiros perdem muito tempo com burocracias, ou tentando se especializar para compreender as questões legais ou financeiras que circundam o espaço do Conselho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão a se pensar é a representatividade da Sociedade Civil, que se dá através dos Conselhos de Assistência Social; que em sua maioria são entidades do terceiro setor que não promovem uma política de emancipação da Sociedade, mas sim de interesses corporativista e particularista do grupo.

Através da pesquisa observou-se que a Comissão de Divulgação não teve reuniões para haver uma ampliação da divulgação das Assembleias e um retorno a Sociedade Civil do que está sendo discutido. Esta indisposição de fazer com que a população esteja presente nas discussões pertinentes a Política de Assistência Social e em sua ampliação, vem prejudicando o progresso da ampliação da efetivação das Políticas de Assistência Social.

Para Duriguetto (2008), numa concepção crítica, a Sociedade Civil é

a que a vê como espaço em que se desenvolvem os processos políticos que objetivam organizar os interesses das classes subalternas e projetá-los em termos de ação hegemônica na direção da construção de um novo projeto societário. Isso implica em analisar a esfera da sociedade civil na perspectiva da totalidade social, entendê-la a partir da contradição central capital/trabalho, como uma esfera em que se disputam projetos societários antagônicos”. (DURIGUETTO, 2008, p. 91),

Os interesses que têm permeado a representatividade do Conselho de Assistência ora analisado estão pautados em uma Política hegemônica, onde o Estado é controlado pelo sistema Capitalista, que dita as normas de ampliar ou encurtar as Políticas de Assistência Social.

A nosso ver, a sociedade civil deve ser representada por uma proporção maior dos usuários, pois a representatividade que legitimaria a sociedade civil é a advinda dos próprios usuários da Assistência Social, membros da classe trabalhadora e subalternas, que poderiam ser articulados através de uma política de base, onde as Unidades de CRAS, através dos Assistentes Sociais que incluiriam o próprio ator instrumentalizando-os, para os debates das questões que estariam sendo levadas a discutir nos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Os CRAS estão distribuídos regionalmente e isto seria um facilitador na ampliação, possibilitando a qualificação e educação participativa da população que apresenta ausência nas questões das políticas públicas.

A participação da sociedade civil que propomos via participação direta, favorece a representação autêntica e politizada numa perspectiva classista de sociedade civil.

Com base na (NOB SUAS, 2012), no Art. Nº 114, 125 e 126 preveem “a participação social deve constituir-se em estratégia presente na gestão SUAS, por meio da adoção de práticas e mecanismos que favoreçam o processo de planejamento e a execução da política de assistência social de modo democrático e participativo” e a participação dos usuários nos bairros e nos espaços coletivos.

Conforme o pensamento das autoras (TATAGIBA, ALMEIDA, 2012), é necessário criar novos procedimentos e espaços que conectem os agentes da sociedade civil, requerendo assim a ampliação da participação da sociedade civil nos Conselhos e na ampliação do acesso as reuniões, atas e discussões.

Para que a dinâmica do Conselho Municipal de Assistência Social venha superar a problemática questão da participação da sociedade civil, podemos sugerir que é necessário que haja no mínimo, para uma participação autêntica da sociedade civil, de 60% da parte da sociedade civil de usuários diretos dos CRAS e os outros 40% das entidades e organizações.

Dentro desta sugestão, para Florianópolis, a solução seria de 10 usuários das Unidades do CRAS, 03 entidades de Assistência Social, 3 do segmento dos sindicatos dos trabalhadores e 3 de associações de bairros ou fórum de cidadania, para compor a parte paritária da sociedade civil.

Estas formulações devem também ter critérios, como o de não se permitir que um representante permaneça no cargo por mais de dois anos consecutivamente no Conselho e que não seja feito a eleição por entidades, mas por “indivíduos”, para que não seja estimulado o corporativismo que já vem permeando os Conselhos.

O pensamento mais inspirador para finalizar este trabalho é o de Gramsci, que devemos procurar esforços para que a sociedade civil represente nos Conselhos uma vontade coletiva oriunda dos interesses e forças da classe trabalhadora, de articulação e de unidade para a resistência ao neoliberalismo e aos interesses corporativistas, *per si*.⁷

⁷ Per si: significa em favor de si, de causa própria.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla; TAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores sob o crivo da política.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez. 2012. nº 109, p. 68-92

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Ed. 34ª, Brasília 2011.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (1993).** LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social: Legislação Suplementar/ Ministério da Previdência Social e Assistência Social, Secretária de Estado de Assistência Social; revisão do texto, Laisy Roris [et.al], 2 ed. Brasília: MPAS, SEAS, 2001.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (1993)**, consolidada com a Lei nº 12.435/2011. Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: <[HTTP://www.cnas.com.br](http://www.cnas.com.br)> Acesso em: 27/01/2013

BRASIL . **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Brasília, novembro de 2005.

BRASIL . **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Implicação do SUAS e da Gestão Descentralizada na Atuação dos Conselhos de Assistência Social.** Brasília, novembro de 2006.

BRASIL. **Resolução Nº 27/11**, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. 19 de setembro de 2011;

BRASIL. **Resolução Nº 33/11**, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. 28 de novembro de 2011;

BRASIL. **Resolução Nº 34/11**, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. 28 de novembro de 2011;

BRASIL. **RESOLUÇÃO 109/09 CNAS.Tipificação**, Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

CMAS. **Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social**, Florianópolis, S. C. CMAS. 1996

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário.** São Paulo: Cortez, 2007.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 2563, de 16 de julho de 1996.** Prefeitura Municipal de Florianópolis, S. C.

FLORIANÓPOLIS. **Resolução Nº 231/11**, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Florianópolis, S. C., alterada pela Resolução nº 238/11;

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 8049/2009, de novembro de 2009**. Prefeitura Municipal de Florianópolis, S. C.

FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal de Assistência Social**. Florianópolis. CMAS, 2010 – 2013

[HTTP://www.mds.gov.br/cnas/viii-conferencia-nacional](http://www.mds.gov.br/cnas/viii-conferencia-nacional). **VIII Conferência Nacional de Assistência Social, de dezembro de 2011: “Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores”**. Acesso em 08/02/2013.

http://ww.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/25_08_2010_12.08.44.17ae08b399c98155978515200e7b46fc.pdf>. **Organograma da Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis**. Acesso em 12/02/2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Estado sociedade e esfera pública**. In: CEFESS; ABEPSS. (org.). **Serviço Social – Direitos Sociais e Competência Profissionais**. 1 Ed. Brasília – DF: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 1-17.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: Caminhos da construção democrática**. 5º Ed. São Paulo: Cortez, 2008

RAICHELIS, Raquel. **Articulação entre os conselhos de políticas públicas**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 85, 2006, p. 11.

Revista Gestão Social 1ª Edição, NOB/2012 PG 96

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC. 2004.

TATAGIBA, Luciana. **Os Conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil**. In DAGNINO, E (Org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2004;

ALMEIDA, Carla, TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores sob crivo da política**. Serviço Social e Sociedade nº 109. São Paulo: 2012. p. 68-92

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Sociedade Civil e a participação cidadã o poder local**. Tese de Doutorado, USP. São Paulo, 1998.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Seminário “Conselhos de Gestão Democrática e Popular: balanço crítico de uma experiência”**. Regional Nordeste. ABONG (Associação Brasileira de ONGs). Recife, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUADRO N° 01

QUADRO Nº 01 SERVIÇOS E PROGRAMAS EXECUTADOS PELO GOVERNO				
PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
BÁSICA	CRAS NORTE I	Rod. SC 401, Km 18, nº 1750, Lj 11e 12, Canas Vieiras Fone: 3369-0840	Famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social.	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF
BÁSICA	CRAS NORTE II	Rod. SC 401, Km 18, nº 1750, Sl 07, Canas Vieiras Fone: 3369-1302	Famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social.	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF
BÁSICA	CRAS NORTE III	Rod. Virgílio Várzea, 2052, Saco Grande Fone: 3338-2610	Famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social.	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF
BÁSICA	CRAS CENTRO I	Rua Prof. Júlia Maria Franco, 281, Centro Fone: 3222-0148	Famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social.	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF
BÁSICA	CRAS CENTRO II	Rua Prof. Enoé chutel, 238, Centro Fone: 3338-1076	Famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social.	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF
BÁSICA	CRAS CONTINENTE I	Rua Arnaldo Cândido Raulino, 183, Estreito, Fone: 3348-3150	Famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social.	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF
BÁSICA	CRAS CONTINENTE II	Rua Campolino Alves, 335, Capoeiras Fone: 3348-6237	Famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social.	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF
BÁSICA	CRAS CONTINENTE IV	Rua José Luiz Vieira, 592, Jardim Atlântico Fone: 3244-0683	Famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social.	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF

QUADRO Nº 01 SERVIÇOS E PROGRAMAS EXECUTADOS PELO GOVERNO				
PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
BÁSICA	CRAS LESTE I	Rod. Amaro Antônio Vieira, 1.916, Itacorubi Fone: 3338-1068	Famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social.	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF
BÁSICA	CRAS SUL I	Rua José Brognoli, 117, Saco dos Limões Fone: 3222-9165	Famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social.	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF
BÁSICA	CRAS SUL II	Rua José Olímpio, 280, Tapera, Rua Oswaldo Joaquim Antunes, 95, Rio Tavares Fone: 3338-1042	Famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social.	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF
BÁSICA	CRAS SUL III	Rua Oswaldo Joaquim Antunes, 95, Rio Tavares Fone: 3337-4028	Famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social.	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF
BÁSICA	PASA PROGRAMA DE ATENÇÃO SÓCIO ASSISTENCIAL SEMAS	Av. Mauro Ramos, 1277, Centro Fone: 3251-6213	À todos que dele necessitem de concessão de benefícios.	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF
BÁSICA	PROJOVEM SEMAS	COLETIVO CONTINENTE Rua Prefeito Tolentino de Carvalho, 01, Estreito Fone: 3249-1785	Adolescentes de 15 – 17 anos	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos.
BÁSICA	PROJOVEM SEMAS	COLETIVO RIO TAVARES Rua Sagrado Coração de Jesus, S/N, Morro das Pedras, Fone: 3337-4028	Adolescentes de 15 – 17 anos	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos.

QUADRO Nº 01 SERVIÇOS E PROGRAMAS EXECUTADOS PELO GOVERNO				
PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
BÁSICA	PROJOVEM SEMAS	COLETIVO SACO GRANDE Rua Virgílio Várzea, 2052, Saco Grande Fone: 3338-2610	Adolescentes de 15 – 17 anos	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos.
BÁSICA	CEC CHICO MENDES	Rua Genuíno Pereira da Silva, 158, Monte Cristo Fone: 3244-7771	Crianças e adolescentes de 06 – 14 anos	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos.
BÁSICA	CEC COSTEIRA	Av. Jorge Lacerda, 1472, fundos, Costeira do Pirajubaé Fone: 3232-7086		
BÁSICA	CEC ITACORUBI	Rod. Amaro Antônio Vieira, 2260, Itacorubi Fone: 3234-0848	Crianças e adolescentes de 06 – 14 anos	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos.
BÁSICA	CEC MONTE VERDE	Rua Brejaúba, 61, Monte Verde Fone: 3207-2100	Crianças e adolescentes de 06 – 14 anos	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos.
BÁSICA	CEC NOVO HORIZONTE	Rua Maria Salete Dutra, 127, Novo Horizonte Fone: 3348-2081	Crianças e adolescentes de 06 – 14 anos	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos.
BÁSICA	CEC PROMORAR	Rua Santa Rita de Cássia, 657, Coloninha Fone: 3262-0126	Crianças e adolescentes de 06 – 14 anos	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos.
BÁSICA	CEC TAPERÁ	Rua José Olímpio da Silva, S/N, Tapera Fone: 3206-3465	Crianças e adolescentes de 06 – 14 anos	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos.
BÁSICA	CEC VILA UNIÃO	Rua Anarolina Silveira dos Santos, S/N, Vargem do Bom Jesus Fone: 3248-6625	Crianças e adolescentes de 06 – 14 anos	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos.

QUADRO Nº 01 SERVIÇOS E PROGRAMAS EXECUTADOS PELO GOVERNO				
PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
BÁSICA	CRIANÇAS FAZENDO ARTE	Rua Rui Barbosa, 677, Agrônômica Fone: 3244-4800	Crianças e adolescentes de 06 – 14 anos	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos.
BÁSICA	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Av. Mauro Ramos, 1277, Centro Fone: 3251-6213	Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.	Programa de Transferência e Renda
ALTA	CASA DE ACOLHIMENTO	Jardim Atlântico, Informações na Av. Mauro Ramos, 1277, Centro - SEMAS	Crianças e adolescentes do sexo masculino e feminino de 07 a 17anos, 11 meses e 29dias.	Serviço de acolhimento institucional, modalidade de abrigo para 05 meninas e 05 meninos.
ALTA	CASA DE ACOLHIMENTO	Centro Informações na Av. Mauro Ramos, 1277, Centro - SEMAS	Crianças e adolescentes do sexo masculino, de 7 a 17 anos, 11 meses e 29 dias.	Serviço de acolhimento institucional, modalidade de abrigo para 20 meninos.
ALTA	CASA DE ACOLHIMENTO	Centro Informações na Av. Mauro Ramos, 1277, Centro – SEMAS	Adultos do sexo masculino.	Serviço de acolhimento institucional, modalidade de abrigo para 30 pessoas.
MÉDIA	CENTRO POP	Av. Gustavo Richard, S/N, Passarela do Samba, Centro. Fone: 3223-0824	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia.	Serviço de Fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e ou familiares, desenvolvimento de sociabilidades, resgate.
MÉDIA	CENTRO POP	NAF RODOVIÁRIO Av. Gustavo Richard, S/N, Passarela do Samba, Centro. Fone: 3223-0824	Pessoas ou famílias migrantes vulnerabilizadas sócio economicamente.	Serviço de reintegração familiar ou encaminhar a cidade de origem usuários em situação de rua, atendimento psicossocial, a.

QUADRO Nº 01 SERVIÇOS E PROGRAMAS EXECUTADOS PELO GOVERNO				
PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
MÉDIA	CENTRO POP	ABORDAGEM DE RUA Av. Gustavo Richard, S/N, Passarela do Samba, Centro. Fone: 3223-0824	Crianças, adolescentes e adultos.	Serviço de atendimento as pessoas que fazem da rua espaço de moradia, visando o restabelecimento de vínculos familiares, sociais, comunitários, banhos diários, café, almoço, lanche, atendimento psicoassistencial, doação de roupas, calçados, encaminhamentos
MÉDIA	CREAS I	PAEFI CREMV Rua Rui Barbosa, 811, Agrônômica, Fone: 3224-7373	Mulheres em situação de violência doméstica com idade 18 – 59 anos.	Serviço de atendimento psicossocial, acolhimento, orientação jurídica.
MÉDIA	CREAS I	CIAPREVI Denúncia através do telefone 0800-6440011 ou presencial nos Conselhos Tutelares.	Pessoas idosas ou com deficiência vítima de violência.	Atendimento psicossocial, acolhimento, averiguação de denúncias, estudo e diagnóstico psicossociais, acompanhamento, orientação, visitas domiciliares, notificação ao MDS e órgãos de Justiça.

QUADRO Nº 01 SERVIÇOS E PROGRAMAS EXECUTADOS PELO GOVERNO				
PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
MÉDIA	CREAS II	PAEFI CREAS INSULAR (antigo SENTINELA) Av. Rui Barbosa, 677, Agrônômica Fone: 0800-6431407 Disque Denúncia ou encaminhamento dos Conselhos Tutelares	Crianças e adolescentes vítimas de violência e suas famílias.	Atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência.
MÉDIA	CREAS II	PAEFI CREAS CONTINENTAL (antigo SENTINELA) Rua José Joaquim de Santana, 66 Abraão Fone: 0800-6431407 Disque Denúncia ou encaminhamento dos Conselhos Tutelares	Crianças e adolescentes vítimas de violência e suas famílias.	Atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência.
MÉDIA	CREAS II	PAEFI PETI Av. Rui Barbosa, 677, Agrônômica Cidade da Criança Fone: 3216-5211 Disque Denúncia ou encaminhamento dos Conselhos Tutelares	Crianças e adolescentes vítimas de violência e suas famílias.	Atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência.
MÉDIA	CREAS II	LA/PSC Av. Rui Barbosa, 677, Agrônômica Fone: 3216 – 5211	Crianças e adolescentes vítimas de violência e suas famílias.	Serviço Psicopedagógico, acompanhamento escolar.

APÊNDICE B – QUADRO N° 02

QUADRO Nº 02 SERVIÇOS E PROGRAMAS EXECUTADOS POR ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NÃO GOVERNAMENTAL				
PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
BÁSICA	CASA DA CRIANÇA MORRO DA PENITENCIÁRIA CONVENIADA	Endereço: Rua Álvaro Ramos, 320, Serv. Casa da Criança, s/n, Trindade, Fpolis. CEP: 88036-032 Telefone: 3333-0257, E-mail casadacriancamp@gmail.com - casadacriancamp@brturbo.com.br	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos
ALTA	CASA LAR LUZ DO CAMINHO CONVENIADA E INSCRITA Nº 001/2011	Endereço: Rua Água Marinha, nº88 – Florianópolis - Ingleses Telefone: 3206 9519 Site: www.casalarluzdocaminho.com E-mail: casalarluzdocaminho@gmail.com	Crianças e adolescentes.	Serviço de Acolhimento Institucional a crianças e adolescentes.
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	INSTITUTO LAGOA SOCIAL	Endereço: Rua: Lauro Linhares, 2123, SALA 106/Torre B, Trindade, Fpolis. CEP: 88036 -003 Telefone/ FAX: 30283859 email: gerencia@lagoasocial.org.br site: www.lagoasocial.org.br		
BÁSICA	LEGIÃO DA BOA VONTADE INSCRITA Nº 005/2012	Endereço: Av. General Eurico Gaspar Dutra, 226, Estreito – Fpolis. CEP: 88075-100 Telefone: 3271 4300 e Fax: 3244-1490 E-mail: sergioa@lbv.org.br – lbv@selecao.org.br	Crianças, adolescentes e idosos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, Adolescentes e Idosos.
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO HORIZONTES	Endereço: Rua Felipe Schmidt – 3º andar, sala 303- nº 321, Centro CEP: 88010-000 Telefone: (48)3028 7374 E-mail: comunicacao@ah.org.br – marcos.molinari@ah.org.br Site: www.ah.org.br		

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	SOCIEDADE DIVINA PROVIDÊNCIA	Endereço: Rua Hermann Blumenau, 102, Centro – Fpolis. CEP 88020-020 Telefone: 3212 4800 Fax: 3224-1579 / 3224 4800 E-mail: assistenciasocial@pcj.org.br - secretaria@pcj.org.br Site: www.pcj.org.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE DE FPOLIS CONVENIADA	Endereço: Rodovia Admar Gonzaga (Rod. SC 404) – Km 5, 2937 Itacorubi, Fpolis. CEP: 88034-002 Telefone/Fax: 3953-3000; FAX:3953-3020 E-mail: apae@apaeflorianopolis.org.br Site: www.apaeflorianopolis.org.br	Pessoas com deficiência	
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICIENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL AEBAS CONVENIADA	Endereço: Rua Pedro Cunha, 1031 Estreito, Fpolis. CEP: 88070-500 Telefone : 3244-7242 Fax: 3025 6622 / 3025 6622 E-mail: direcaocas@aebas.com.br – cas@aebas.com.br Web: www.aebas.com.br	Crianças e adolescentes.	
ALTA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JESUS ACAJE NOME FANTASIA CASA DE ACOLHIMENTO SEMENTE VIVA INSCRITA Nº 002/2012	Endereço: Rua Leonardo da Vinci, 93, Ingleses, Florianópolis, SC Telefone: 3371-0313 Site: www.ajaje.com.br E-mail: ajajeassociação@hotmail.com	Crianças de 02 a 12 anos.	Serviço de Acolhimento Institucional.

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RÁDIO EMISSÃO LABRESC	Endereço: Rua Jerônimo Coelho, 345, Sala 110, Centro, Fpolis. CEP: 88010-970 Telefone: 3222 5558 E-mail: labre@labre.net		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO PROMOCIONAL MENOR TRABALHADOR PROMENOR CONVENIADA	Endereço: Rua Rui Barbosa nº811, Agrônômica, Fpolis. CEP: 88025-304 Telefone e Fax: 3224 5008 E-mail: idespromenor@idespromenor.org.br	Crianças e adolescentes.	
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO IDES CONVENIADA	Endereço: Av. Hercílio Luz, 1249-A, Centro, Fpolis. CEP: 88020-001 Telefone e Fax: 3224-5008 E-mail: idesanto@terra.com.br	Crianças e adolescentes.	
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE SÃO DIMAS ASBEDIM	Endereço: Rua Delminda da Silveira, nº 960, Agrônômica-Fpolis -8825-500 Telefone: 3879 2168/21072323 E-mail: estampalivre@yahoo.com.br		

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	FILANTROPIA HILDO LUIZ DE SOUZA FILHOS	Endereço: Serv. São Jorge Guerreiro nº 86, Monte Verde, Fpolis CEP: 88032-689 Telefone: 3233 1045 / 8437 2620 E-mail: crechedohildo@hotmail.com		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO NOVO ALVORECER	Endereço: Servidão Manoel Ezidoro Araújo, Nº 188, Coqueiros, Fpolis CEP: 88080-410 Telefone: 32401713 E-mail: magdakoerich@yahoo.com.br Site: www.novoalvorecer.org.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	INSTITUTO VOLUNTÁRIOS EM AÇÃO	Endereço: Rua Deodoro, 226 – sala 701, Centro, Fpolis. CEP: 88010-020 Telefone/fax: 3222-1299 E-mail: voluntarios.sc@voluntariosemacao.org.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA DA CAPELA NOSSA SENHORA DO MONT SERRAT CONVENIADA	Endereço: Rua General Vieira da Rosa, 610 A, Centro, Fpolis. CEP: 88020-420 Telefone: 3224-9051/3228 5356 Fax: 3228-0138 E-mail: falecom@ccea.org.br	Criança e Adolescente.	Serviço de Acolhimento Institucional.

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	CONSELHO COMUNITÁRIO DE SACO DOS LIMÕES	Endereço: Rua João Motta Espezim, 783 Saco dos Limões – Fpolis. CEP: 88045-400 Telefone : 33333-6050 E-mail: csulimoes@ig.com.br csuadm@bol.com.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO FLORIANÓPOLITANA DE DEFICIENTES FÍSICOS AFLODEF CONVENIADA	Endereço: Rua General Bittencourt, nº144, Centro, Fpolis. CEP: 88020-100 Telefone e fax: 3228-3232 E-mail: aflodef_social@yahoo.com.br - aflodef_financeiro@yahoo.com.br	Pessoas com deficiência.	
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO SOCIAL PAROQUIAL SANTA MARIA GORETTI	Endereço: Rua Santa Rita de Cássia nº 1050, Coloninha, Fpolis. CEP: 88090350 Telefone: 3244-5155 E-mail: col@col.arquifloripa.org.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	SOCIEDADE ALFA GENTE CONVENIADA	Endereço: Rua Santos Saraiva, 840 – Ed. Continental Center - sl. 114, Estreito, Fpolis. CEP: 88070-100 Telefone e Fax: 3248-2745 E-mail: alfagente@gmail.com Site: www.alfagente.org.br	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
MÉDIA	INSTITUTO DE AUDIÇÃO E TERAPIA DA LINGUAGEM IATEL INSCRITA Nº 006/2012 E CONVENIADA	Endereço: São Pio, Nº106, Coqueiros, Fpolis. CEP: 88080-030 Telefone/Fax: 3225-6955 E-mail: iatel2001@bol.com.br	Pessoas com deficiência.	Serviço de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e Serviço de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos.
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MORRO DO MOCOTÓ ACAM CONVENIADA	Endereço: Morro do Mocotó, nº43, Prainha, Fpolis. CEP: 88120-230 Telefone: 3225-7498 / 3225 7546 E-mail: acammocoto@brturbo.com.br	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	CENTRO DE APOIO À FORMAÇÃO INTEGRAL DO SER CEA FIS CONVENIADA	Endereço: Rua Jenoíno Pereira da Silva, 282, Jardim Atlântico, Fpolis CEP: 88095-565 Telefone: 3240-7686 / 3240-7686 E-mail: ceafis@gmail.com	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
MÉDIA	ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO ACIC INSCRITA Nº 003/2012 E CONVENIADA	Endereço: Rodovia Virgílio Várzea, 1300, Saco Grande II, Fpolis. CEP: 88032-000 Telefone: 3238-0169 E-mail: servicosocial@acic.org.br Web: www.acic.org.br	Pessoas com deficiência.	Serviço de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e Serviços de Inserção ao Mundo do Trabalho e Ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos.

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL O BOM SAMARITANO	Endereço: Rua Jucelino k. Oliveira, Nº276, São José, CHÁCARA – Rua Antônio Jovita Duarte, S/Nº - São José CEP: 88010-002 Telefone: 3288 0109/ 3247 6522 / 3201 3378 E-mail: mm@obomsamaritano.com.br Site: www.obomsamaritano.com.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA DE SC CDI	Endereço: Avenida Rio Branco nº404, sala 105, Ed. Planel Tower, Torre II Telefone: 3322-202 E-mail: contato@cdisc.org.br Web: www.cdisc.org.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	FUNDAÇÃO HERMON	Endereço: Rua dos Ilhéus - sala 803 nº38, Centro – Fpolis. CEP: 88010-970 Telefone: 3222 9123 E-mail: fundacaohermon@fundacaohermon.com.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ASSISTÊNCIA AO MUCOVISCIDÓTICO	Endereço- Rua General Bittencourt, 311, Centro, Fpolis. CEP.: 88020-100 Telefone- 48 – 3229-3469, 3222-0984 Email: secretaria@acam.org.br		

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL DOS INGLESES CONVENIADA	Endereço: Rua Sargento Maurílio Gonçalves Cabral, nº 23, Ingleses, Sítio Capivari, Fpolis Telefone: 3365 1678 E-mail: acaosocialingleses@hotmail.com	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	CONSELHO COMUNITÁRIO DE CAPOEIRAS CONVENIADA	Endereço: Rua Santos Saraiva (fundos nº 2.011), Capoeiras, Fpolis. CEP: 88070-101 Telefone: 3240 9855 / 9961 5280 (Bernadino) / 9638 8890 (Jorge) E-mail: jorgearconde@hotmail.com – cccaporeiras@brturbo.com.br	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO FLORIANÓPOLITANA DE VOLUNTÁRIOS AFLOV CONVENIADA	Endereço: Travessa Proº Madeira Neves nº71, Centro, Fpolis. CEP: 88015-370 Telefone: 3952 8000 / 3902 8023- Fax: 3225-2089 E-mail: aflov@aflov.org.br	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	LAR FABIANO DE CRISTO CONVENIADA	Endereço: Rua Frei Fabiano de Cristo, 180, Capoeiras, Fpolis. CEP: 88090-490 Telefone e Fax: 3244-3790 E-mail: nsscarvalho@yahoo.com.br – upi.arnaldosthiago@lfc.org.br	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	CENTRO DE VALORIZAÇÃO HUMANA, MORAL E SOCIAL CEVAHUMOS CONVENIADA	Endereço: Rua Joaquim Fernandes de Oliveira, n.º 78, Abraão, Fpolis. CEP: 88085-170 Telefone: 3242-0592 Fax: 3286 0162 E-mail: cevahumos@cevahumos.org.br	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO DOS PACIENTES RENAIS DE SC APAR CONVENIADA	Endereço: Avenida Prefeito. Osmar Cunha – Edifício Ceisa Center- Sala 908, Bloco A, Centro – Fpolis. CEP: 88015-100 Telefone: (048) 3224-9286 E-mail: apar@aparsc.org.br Web: www.aparsc.org.br	Deficientes renais.	Serviço de Habilitação e Reabilitação, Serviço de Garantia de Direitos..
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	SOCIEDADE ESPÍRITA DE RECUPERAÇÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO SERTE CONVENIADA	Endereço: Rua Leonel Pereira, 604, Cachoeira do Bom Jesus, Fpolis. CEP: 88056-300 Telefone e Fax: 3284 5490/3284 8681 E-mail: sonia.serte@gmail.com – secexecutiva@serte.org.br Site: www.serte.org.br	Crianças, adolescentes e idosos.	Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças, Adolescentes e Idosos.
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	CENTRO DE EDUCAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO POPULAR CEDEP CONVENIADA	Endereço: Rua Frei Fabiano de Cristo s/nº, Monte Cristo – Fpolis. CEP: 88090-490 Fone e Fax: 3244 7497 E-mail: cedep-flops@uol.com.br	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	OBRAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOM ORIONE DE CAPOEIRAS CONVENIADA	Endereço: Rua Dib Cherem, 2698 Capoeiras, Fpolis. CEP: 88090-000 Telefone e Fax: 3248 3409 / 3365 3409 E-mail: aderbal_pereira@hotmail.com – oasdocasc@gmail.com	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
BÁSICA	CONSELHO DOS MORADORES DO SACO GRANDE II COMOSG INSCRITA Nº 004/2012 E CONVENIADA	Endereço: Rodovia Virgílio Várzea, 1313, Saco Grande II, Fpolis. CEP: 88032-001 Telefone: 9153 0492 / 8417 1517 / 3334 3057 E-mail: tati_rac@yahoo.com.br - comosg@gmail.com	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	AÇÃO SOCIAL TRINDADE CONVENIADA	Endereço: Marcos Aurélio Homem nº 366, Trindade – Fpolis. CEP: 88036-680 Telefone e Fax: 3234-3800 / 3879 3800 / 3025 6772 (Ação Social) E-mail: casasaojose@gmail.com	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	GRUPO DE APOIO A PREVENÇÃO DA AIDS GAPA CONVENIADA	Endereço: Rua Rui Barbosa, nº810-Agronômica, Fpolis. CEP: 88010-002 Telefone e Fax: 3225 4895 / 3222 1510 E-mail – gapasc@terra.com.br - catarina.social@yahoo.com.br	Crianças e adolescentes.	Serviço de Acolhimento Institucional.

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	GRUPO DE ESTUDOS E APOIO À ADOÇÃO DE FLORIANÓPOLIS CONVENIADA	Endereço: Largo São Sebastião, 88 – sala.25, Centro, Fpolis. CEP: 88015-510 Telefone e Fax : 3224-2251 / 3233-3677 E-mail: geaaf@floripa.com.br	Crianças e adolescentes.	Serviço de Garantia de Direitos.
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	CONSELHO COMUNITÁRIO DO PANTANAL CONVENIADA	Endereço: Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 968, Pantanal, Fpolis. CEP: 88032-480 Telefone: 3234-4148 E-mail: ccpan.ccpan@hotmail.com	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM ATLÂNTICO	Endereço: Rua Manoel Pizzolati, 273, Jardim Atlântico, Fpolis. CEP: 88095-360 Telefone: 3240- 6252 E-mail: marciomarchi@sestsenat.org.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	OBRAS SOCIAIS DA COMUNIDADE PAROQUIAL DE COQUEIROS OSCOPAC CONVENIADA	Endereço: Rua Professor Bayer Filho, 81, Coqueiros, Fpolis. CEP: 88080-300 Telefone: 3244-3327 / 244 3450 casa das meninas Fone: 3248-5443 (Fax aos Cuidados de Rosa) - 3248 0715 – Casa de Passagem São Judas Tadeu E-mail: rosamparis@hotmail.com	Crianças e adolescentes.	Serviço de Acolhimento Institucional.

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO LUIZ CONVENIADA	Endereço: Rua Rui Barbosa, Agrônômica – Fpolis. CEP: 88025-090 Telefone: 3228-3527 E-mail: paroquiasaoluiz@yahoo.com.br	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	AÇÕES SOCIAIS AMIGOS SOLIDÁRIOS CONVENIADA	Endereço: Avenida Luiz Boiteaux Piazza nº 1302, Cachoeira do Bom Jesus, Fpolis. CEP: 88056-000 Telefone: 3266 3191 E-mail: contato@asas.org.br Site: www.asas.org.br	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE, EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL GENTE AMIGA CONVENIADA	Endereço: Rua Antônio Carlos Ferreira, nº 1175, Agrônômica, Fpolis. CEP: 88025-211 Telefone: 32236553 Email: genteamiga@gmail.com – contato@genteamiga.org.br Site: www.genteamiga.org.br	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	SOCIEDADE ESPÍRITA OBREIROS DA VIDA ETERNA SEOVE CONVENIADA	Endereço: Av. Pequeno Príncipe, 721, Campeche, Fpolis. CEP: 88063-000 Telefone: 3237-4123 E-mail: seove@ig.com.br	Idosos.	Serviço de Acolhimento Institucional.

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE AUTISTAS	Endereço: Rua Souza Dutra, 837, Estreito, Fpolis. CEP: 88070-605 Telefone: 3025-5140 E-mail: amaf Florianópolis@hotmail.com	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	CENTRO DE SOLIDARIEDAD E HUMANA CSH	Endereço: Rua Alvaro Cardoso, nº 59, Estreito, Fpolis. CEP: 88070-250 Telefone: 3025 0300 E-mail: contato@csh.org.br ou vanessa@csh.org.br Site: www.csh.org.br	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DA GRANDE FPOLIS	Endereço: Rua Felipe Schmidt, 249, Centro Comercial, Sala 1212-12º andar, Centro, Fpolis., SC CEP: 88010-902 Telefone: 3207 6715 E-mail: asaprev@asaprev.com.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis. BÁSICA	FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE SC	Endereço: Rua Abrão João Francisco nº35, Praia Alegre, Município de Penha. CEP: 88385000 Telefone: 47 – 3347 1734 E-mail: federacao@apaesantacatarina.org.br		

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	FUNDAÇÃO DE APOIO DO HEMOSC/CEPON FAHECE	Endereço: Rua Presidente Coutinho, 160, Centro – Fpolis. CEP: 88015-230 Telefone: 3212-1300 Fax: 32121313 E-mail: fahece@fahece.org.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	GRUPO INTEGRADO DE OBRAS SOCIAIS GIOS	Endereço: Rua Almirante Lamêgo, 442 Centro, Fpolis. CEP: 88015-600 Telefone: 3225-225 E-mail: giosocial@hotmail.com		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA ALZHEIMER REGIONAL DE SC	Endereço: Rua Douglas Seabra Levier, nº 163/405 BL “E”, Carvoeira, Fpolis. CEP: 88040-410 Telefone: 2340-3743 (CASA DO RETROVISOR) E-mail: abrazsc@yahoo.com.br Web: www.abraz.com.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SC CIEE/SC	Endereço: Rua Antônio Dib Mussi, 473, Térreo, Centro, Fpolis. CEP: 88015-110 Telefone: 3216-1400 E-mail: cieesc@cieesc.org.br Web: www.cieesc.org.br		

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO SAÚDE RECONTAR	Endereço: Delminda Silveira, Nº 745 – 1º Andar, Agronômica CEP: 88025-500 Telefone: 3236 2290 E-mail: saudecrianca@saudecriancafln.org.br Site: www.saudecriancafln.org.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JARDIM SANTA MÔNICA	Endereço: Rua Nery Cardoso Bittencourt, nº 505, Santa Mônica, Fpolis. CEP: 88035-100 Telefone: 3234-4846 / 3234-3167 Fax: 3234-0313 E-mail: acojar@ig.com.br Web: www.acojar.org.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ORIONÓPOLIS CATARINENSE CONVENIADA	Endereço: Rua Frederico Afonso, Ponta de Baixo, São José CEP: 88104-000 Telefone: (48)33430087 FAX: (48)33430087 E-mail: orionopoliscatarinense@yahoo.com.br	Pessoas com deficiência.	Acolhimento Institucional.
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESA NA ASA	Endereço: Rua Esteves Junior, 447, Centro, Fpolis. - 88015-130 Telefone e fax: 3224-4799 r.211 ou 3224-8776 E-mail: silvanarespindola@yahoo.com.br – arquifln@arquifln.org.br Web: www.arquifloripa.org.br		

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE EXCLEROSE MULTIPLA DA GRANDE FPOLIS AFLOREM	Endereço: Servidão Recanto do Alvaredo, N° 49, Ingleses, Fpolis. CEP: 88058-105 Telefone: 3269 2790 Email: nilceic@hotmail.com		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	CONSELHO COMUNITÁRIO DA COLONINHA CCC	Endereço: Rua João Evangelista da Costa, 435, Coloninha, Fpolis. CEP: 88090-300 Telefone: 3248-4323 e Fax: 3240-7889 E-mail: ccoloninha@brturbo.com.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	FUNDAÇÃO DOM JAIME DE B. CÂMARA	Endereço: Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 1524, Pantanal, Fpolis. CEP: 88040-001 Telefone: 3234-0400 / 3207 7003 Fax: 3234-7230 E-mail: fdjbc@cnbisul4.org.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO CASA DA MULHER CATARINA	Endereço: Rua Dom Joaquim, 757 – sala 08, Centro, Fpolis. CEP: 88015-310 Telefone: 3223-8010 E-mail: casadamulhercatarina@ccs.ufsc.br / p.as@ig.com.br Site: www.ccs.ufsc.br/spb		

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	FUNDAÇÃO CASAN FUCAS	Endereço: Av. Hercílio Luz, nº599, 4º andar, Centro, Fpolis. CEP: 88020- 001 Telefone: 3952-6900 Email: fucas@fucas.com.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	GRUPO DE TRABALHO COMUNITÁRIO CATARINENSE GTCC	Endereço: Servidão Luiz Zilli, nº 108 Praia, Fpolis., SC CEP: 88020-270 Telefone: 3225-7342 E-mail: adilson@elase.com.br		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO DOS HEMOFÍLICOS DO ESTADO DE SC CONVENIADA	Endereço: Rua Rui Barbosa nº808, Agrônômica, Fpolis., SC. CEP: 88025-301 Telefone e Fax: 3206-0918 E-mail: ahesc@ahesc.org.br		Ações de Defesa e Garantia de Direitos.
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	CENTRO HOLÍSTICO LUZES DA ESPERANÇA	Endereço: Servidão Netuno, 153, Ingleses, Fpolis., SC. CEP: 88058- 340 Telefone: 3369-2610 site: www.chle.org.br . E-mail: chle.ingleses@gmail.com ou ricardo.peixoto.63@gmail.com		

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO EM DEFESA DOS DIREITOS ADEDH	Endereço: Travessa Osmar Regueira, nº 25, Sala 205, Centro, Fpolis.,SC. CEP: 88010-470 Telefone: 048 3371-0317 E-mail: atendimento.adeh@gmail.com		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	CASA DOS GIRASSÓIS CONVENIADA	Endereço: Rua Monsenhor Topp, 320, Centro, Fpolis., SC CEP: 88020-500 Telefone: 3222-8181 E-mail: casa.girassois@gmail.com Site: www.casadosgirassois.org	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DA GRANDE FPOLIS CONVENIADA	Endereço: RuaTrajano 168, 6º Andar – Quase em frente ao Bob's, Centro – Fpolis, SC CEP: 88010-010 Telefone/Fax: 048 33220530. E-mail: asgfsurdo@hotmail.com Web: www.asfsurdos.org.br	Pessoas com deficiência.	
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	CONSELHO COMUNITÁRIO DA COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ	Endereço: Av. Diomício Freitas, 126, Costeira do Pirajubaé, Fpolis – SC CEP: 88047-402 Telefone: 3226-7284 E-mail: cons.costeira@ibest.com.br – cons.costeira@brturbo.com.br		

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	SOCIEDADE ESPÍRITA ENTREPOSTO DA FÉ SEEDE CONVENIADA	Endereço: Servidão Marcelino Gonçalves, nº71, Monte Verde, Fpolis., SC CEP: 88.032-679 Telefone e Fax: 3238-1443 Web: www.seede.org.br E-mail: seede@brturbo.com.br	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO SOC. FRANCISCO XAVIER	Endereço: Rodovia Virgílio Várzea, 538, Monte Verde, Fpolis., SC CEP: 88032-001 Telefone: 048 3238-4966 / 3238 4135		
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ESP. INFANTIL VENTO SUL CONVENIADA	Endereço: Rua Servidão da Felicidade nº327, Caieira do Saco dos Limões, Fpolis., SC CEP: 88.045-398 Telefone: 048 3333-6625 E-mail: genecisalvadego@hotmail.com	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	AÇÃO SOCIAL MISSÃO CONVENIADA	Endereço: Rua Eurico Hosterno, 321, Santa Mônica, Fpolis., SC CEP: 88035-400 Telefone: 048 3233-4915 E-mail: azoreu@yahoo.com.br asmissao@ig.com.br – silvanaespindola@yahoo.com.br		

PROTEÇÃO SOCIAL	UNID. PRESTADORA	LOCAL	USUÁRIOS	SERVIÇOS
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE APAM MORRO DAS PEDRAS CONVENIADA	Endereço: Rua Francisco José Vieira, 200, Morro das Pedras, Fpolis., SC CEP: 88066-030 Telefone: 048 3237-9058 E-mail: apampedras@yahoo.com.br	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	CENTRO DE INTEGRAÇÃO FAMILIAR CONVENIADA	Endereço: Rua João Motta Espezim, 683, Saco dos Limões, Fpolis., SC CEP: 88045-400 Telefone: 048 3206-0620 Fax: 3333-6356 E-mail: sauerbier@bol.com.br	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	
Em análise para verificação se a entidade é de Assistência Social conforme a Resolução 231/11 CMAS de Florianópolis.	FUNDAÇÃO VIDAL RAMOS	Endereço: Rua Victor Konder, 321, Centro, Fpolis – SC CEP: 88015-400 Telefone e Fax: 3304-3533 E-mail: fundvidalramos@gmail.com	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.	